



Política e representações simbólicas na imprensa rio-grandina

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

143



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



**Política e
representações
simbólicas na
imprensa rio-grandina**



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

Política e representações simbólicas na imprensa rio-grandina



UNIVERSIDADE
AbERTA 
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2026

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1ª Secretária: Luciana Coutinho Gepiak
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Política e representações simbólicas na imprensa rio-grandina
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 143
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, 2026

ISBN - 978-65-5306-123-1

CAPA: BISTURI. Rio Grande, 10 set. 1893

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

SUMÁRIO

**A imprensa rio-grandina à época da transição
Monarquia - República: um estudo de caso / 11**

**O golpe de Estado de novembro de 1891 na cidade
do Rio Grande e as repercussões junto à imprensa
diária / 35**

**O ceifeiro de vidas como representação simbólica
dos males que afligem a sociedade na imprensa
ilustrado-humorística rio-grandina / 55**

**O bobo da corte como representação redacional e da
arte caricatural no Bisturi (1893) / 87**

A imprensa rio-grandina à época da transição Monarquia - República: um estudo de caso

Nas três últimas décadas do século XIX, o jornalismo praticado na cidade do Rio Grande atingia sua fase de maior desenvolvimento ao longo daquela centúria. Eram publicados vários gêneros jornalísticos, desde os jornais diários até uma série de pequenas folhas não muito perenes. Neste conjunto, cada jornal desenvolvia uma determinada construção discursiva, de acordo com a visão de mundo de seus mantenedores, adotando formações e estratégias discursivas específicas. Desta maneira, os periódicos estabeleceram formas peculiares de traduzir os acontecimentos em suas páginas, normalmente orientadas por princípios ou interesses político-partidários e ideológicos. Neste quadro, cada jornal retratou a sua maneira, os episódios que marcaram a transição Monarquia - República, constituindo-se o *Artista*, numa das principais publicações rio-grandinas que circulavam nesta época¹.

Em suas origens, na década de sessenta, o *Artista* apresentou-se com características bem mais próximas dos representantes da pequena imprensa. Semanário dos

¹ Texto publicado originalmente em: Anais do IX Ciclo de Conferências Históricas. Rio Grande: FURG, 2000. p.107-122.

artistas, se propunha, em seus primeiros números, a constituir-se num defensor dos interesses dos artífices, buscando a criação de associações que os congregassem, como uma forma de combater o domínio dos “poderosos” e “aristocratas”. Porém, ainda na metade daquela década, o periódico passaria por ampla modificação tipográfica e no seu norte editorial, transformando-se em um dos mais importantes diários rio-grandinos, apresentando-se a partir de então como um jornal de cunho comercial, político e noticioso.

Ainda à época de sua criação, o *Artista* já manifestava alguns dos elementos que denotavam sua vinculação partidária, voltada ao ideário dos liberais, já a partir da sua afirmação, como periódico diário, a filiação ao Partido Liberal tornou-se cada vez mais enfática. Intentando um certo equilíbrio com seus interesses comerciais, a folha buscou adotar a estratégia discursiva de expor mais abertamente suas manifestações de cunho político-partidário em períodos bem demarcados, além disso, teve também por objetivo o de apresentar-se como uma representante da imprensa séria que não se entregaria às discussões apaixonadas e de natureza pessoal e sim, ao debate dos princípios e das ideias.

Ao buscar consistir-se em verdadeiro doutrinário liberal, o periódico rio-grandino, notadamente nos momentos eleitorais ou de inversões partidárias, organizava seus pronunciamentos político-partidários de forma sistemática e até didática, no objetivo de um melhor convencimento do público para com a sua construção discursiva. Com a República, o jornal sofreria uma ruptura em sua linha editorial, de modo que seu discurso político teve de passar por um processo de adaptação, resultando em condutas que variaram de

uma certa neutralidade até uma fase de completa indefinição editorial. Apesar de breves períodos de recuperação, a folha já deixava transparecer os elementos constitutivos de uma crise que levaria ao seu desaparecimento em 1912.

Pouco antes da Proclamação da República, o *Artista* considerava o avanço das ideias republicanas como uma “simples faísca”, porém, esta acabou por transformar-se num “incêndio assustador” bem mais depressa do que o próprio jornal poderia prever. O perigo de subversão das instituições monárquicas, representado pelos republicanos e previamente anunciado pela folha viria a concretizar-se com o 15 de Novembro. Dentro de sua perspectiva de que a mudança na forma de governo não representaria o remédio para a crise brasileira, bastando para isso a manutenção e o revigorar do programa reformista dos liberais, o *Artista* sofreria a partir da proclamação da República uma ruptura nos seus rumos editoriais que progressivamente avançariam até uma perda de identidade e uma indefinição editorial que viriam a caracterizar a existência do periódico até a virada do século XIX para o XX.

A construção discursiva entabulada pelo *Artista* passaria por significativa desestruturação a partir da mudança na forma de governo, uma vez que deixaria de existir o alicerce de seu discurso político, o qual estava moldado de acordo com o jogo partidário das duas agremiações em confronto durante o período imperial. De acordo com a ideia manifesta pelo jornal de confiança na continuidade da Monarquia, a qual, na sua concepção, conseguiria contornar a crise que marcava a vida brasileira, a República foi recebida pela folha com

certa indiferença e encarada como um “fato consumado”, advindo da “fatalidade dos acontecimentos”, mas, mesmo reafirmando que não tinha militado junto aos ideais antimonárquicas, propunha-se a cooperar com a nova situação estabelecida:

A República passou de sonho dos adversários da velha organização a fato consumado, pela fatalidade revolucionária dos acontecimentos. Não fomos dos que estiveram na brecha e se bateram para operar a transformação que se realizou. Ao contrário, estivemos ao lado dos que defendiam a antiga construção social, porque, em nossa consciência, questão superior à forma de governo era a da ordem pública e a Monarquia tinha em seu favor a tradição. Defendendo as instituições, não era a Coroa, nem a dinastia, mas a paz e a unidade nacional, que procurávamos manter. Para nós, a vantagem das instituições estava no fato de existirem e de, à sombra delas, ter mantido a paz e a estabilidade, realizando-se o progresso e o desenvolvimento da nação. (...)

Aceitamos a ordem de coisas estabelecidas, aderimos ao movimento reformador; acompanhá-lo-emos. Acreditando, embora, secundária a questão de sistema político e agora, como sempre, sendo o nosso fito principal a ordem pública, entendemos que no momento atual, ante os sucessos que se desdobram, não dever haver senão brasileiros, e que o dever de todos é cooperar, sem exclusões nem divergências, cada qual na medida da sua condição, para que a reconstrução do edifício social derrubado se efetue sem comoções que estorvem a atividade

nacional, sem conflitos que nos possam fazer retroceder no caminho da civilização. (...) Não estivemos entre os que trabalharam para destruir o que existia. Somos, porém, brasileiros e a todas as questões e a todas as divergências antepomos a paz e a prosperidade da pátria e, por isso, cooperamos, na medida exígua das nossas forças, para que a obra de reconstrução de conclua e afirme para glória da nação brasileira. (18 nov. 1889)

Segundo a folha, era fundamental deixar bem esclarecida a sua posição diante daqueles acontecimentos, porém, afirmava não querer perder-se em “tergiversações”, por considerar que “o momento não aconselhava a acender paixões, mas antes a abafar suas labaredas”. Destacava que “aderindo à nova ordem de coisas”, não intentava “prestar serviços a uma causa vencedora”, a qual não prestara “auxílio antes da vitória”, buscando não praticar qualquer atitude interesseira “de fazer jus ao agradecimento dos que trabalharam para o triunfo” Afirmava que, como todo brasileiro deveria fazer, aceitava “o fato consumado, na obra da reconstrução do edifício social derrubado”, cooperando, “nos limites fixados pela compreensão do seu dever, para que ela se realizasse em completa paz e sem sacrifício da liberdade e dos direitos dos seus concidadãos” (20 nov. 1889).

Ainda no intento de manter sua postura doutrinária liberal, o jornal buscou defender que os membros do extinto Partido Liberal poderiam ter um relevante papel a representar junto à sociedade brasileira, mesmo após a derrubada da Monarquia. Afirmava que a agremiação liberal deveria adaptar-se à

nova forma de governo, tendo “de fatalmente modificar-se, segundo as suas ideias e os deveres que lhe impuser o bem da pátria”, isto porém, não seria “motivo para que se dissolvesse e desaparecesse”, ou ainda que fosse “excluída de colaborar na reconstrução” nacional. Segundo o periódico, a participação dos liberais era completamente legítima, já que as suas “ideias e tendências democráticas estavam exuberantemente assinaladas na história da vida constitucional e a cujos esforços e trabalhos se devia o caminho andado na estrada da liberdade, que preparou a nacionalidade para a transformação” que ocorrera. Defendia também que “a forma de governo não foi jamais o espírito essencial do liberalismo, nem a base do seu organismo político” e, ao defenderem a Monarquia, “os liberais não o faziam senão por entenderem que mais valia melhorar e aperfeiçoar o que existia do que arriscar a tranquilidade e a integridade da pátria” (30 nov. 1889).

Os moldes ditatoriais através dos quais se guiava o novo governo republicano, logo serviriam de motivo à censura de parte do diário rio-grandino, o qual considerava que aquele regime já começava a não mais ser justificável, tendo em vista a estabilidade política. Apontava também para o fato de que não seria legítimo estender as medidas autoritárias ao contexto regional, afirmando que não lhe parecia “justo e razoável que a ditadura se estendesse aos negócios particulares dos diversos estados”, uma vez que, “pela própria natureza do organismo federativo, ao Governo Federal não cabia regular senão os interesses gerais da comunhão e as relações entre uns e outros estados”. Diante da estabilidade das instituições fundadas a 15 de Novembro e da “marcha tranquila e regular da evolução

democrática”, o periódico argumentava que as medidas ditatoriais não tinham razão de ser e que constituíam “um perigo para a autonomia” das unidades da federação, podendo delas “resultar um estorvo ou impedimento à livre manifestação da vontade do povo, único poder legítimo e soberano nos regimes democráticos” (5 dez. 1889).

Nesse sentido, o termo “incoerência” passou a ser a palavra de ordem do jornal², que ainda buscou manter o seu caráter doutrinário original, intentado apresentar didaticamente a sua versão para os fatos que marcavam a implantação da nova forma de governo. Em tais pronunciamentos, a crítica centrava-se em apontar as contradições dos governantes republicanos, argumentando que se avolumavam e se condensavam “as sombras no horizonte político, onde, além da desarmonia entre os homens que assumiram a missão de estabelecer as bases do regime novo”, notavam-se “inexplicáveis hesitações e incoerências nos seus atos e nas medidas adotadas”. Descrevia que, “em tudo e por todos os lados” via-se “claramente uma falta de coesão,

² A esse respeito, a folha afirmava: “Consequência necessária da incoerência que vai pela administração pública, resultado fatal da falta de unidade de vistas dos homens a que a revolução cometeu a missão de iniciar as práticas do regime democrático, sérias divergências têm surgido já, e outras ameaçam estalar em breve, comprometendo o trabalho da reorganização nacional e fazendo vacilar as mais robustas convicções alentadas pela ideia democrática”. Estas divergências trazem consigo “o espírito popular hesitante e apreensivo, pela previsão dos resultados manifestadamente prováveis de uma política sem coesão e sem orientação fixa” (11 mar. 1890).

uma desarmonia de vistas, uma carência absoluta da persistência indispensável à próspera e pacífica reorganização da pátria” (4 mar. 1890).

Outra das “incoerências” do novo governo apontadas pelo periódico esteve relacionada com a questão do cerceamento à liberdade de imprensa, afirmando que recebera “com a maior surpresa” a notícia do Decreto de 29 de março de 1890 o qual produzira “as mais vivas apreensões no ânimo dos que sinceramente se interessavam pela pacífica consolidação da nova ordem de coisas e pelo bem-estar da pátria”. No entendimento da folha, a coerção “das imunidades da imprensa impediam o livre pronunciamento da opinião pública, de quem ela era órgão natural e o mais extremo defensor, pelo que a sua plena liberdade seria a mais poderosa garantia dos direitos do povo”. E confirmava seus receios, declarando que não haveria “sociedade livre onde não houvesse liberdade absoluta na manifestação do pensamento”, pois “a publicidade e o livre direito de exame eram o princípio moralizador dos povos”, uma vez que “a liberdade só seria funesta aos despotismos e às corrupções” (5 abr. 1890).

O exclusivismo partidário, praticado notadamente no Rio Grande do Sul, era mais um dos elementos que não contava com a aceitação do jornal, o qual considerava que “a regeneração da pátria reclamava o concurso de todos os seus filhos, sem distinções de procedência, sem exclusões e na mais perfeita concórdia” (4 mar. 1890), objetivo que teria sido atingido se “o exclusivismo adotado como norma de governação não tivesse obstado ao conagraçamento e à unificação de todos os esforços”. Para a folha, o exclusivismo consistia um “grande erro e imenso

perigo” e um “elemento pernicioso” que dificultava a “fixação de todos os esforços em bem da consolidação do regime instaurado”, afastando do governo “a cooperação eficaz de uma grande parte do povo brasileiro”. Acusava que, no contexto sul-rio-grandense, a “errônea orientação” exclusivista estaria levando a formação de um “mecanismo político”, completamente “desengonçado” (30 abr. 1890).

Fazendo constantes referências à necessidade de uma reconstitucionalização do país, o *Artista* acusava a “ditadura republicana” de estar prolongando-se além do necessário, bem como de ter extrapolado à sua função original, já que, “em vez de se limitar a manter a ordem e assegurar a livre manifestação da vontade nacional no prazo mais curto, a ditadura deixara-se dominar pela febre de reformar e de legislar, menosprezando muitas vezes as normas do federalismo e violando a pré-estabelecida autonomia dos estados”. Explicava que às “dificuldades naturais que se deviam esperar na fase de transformação” que o país atravessava, “vieram juntar-se as dificuldades criadas pelos erros e pelas incoerências que produziram as divergências”, as quais estariam “explodindo em antagonismos no seio” do poder (19 set. 1890).

Mesmo o processo eleitoral, do qual deveria resultar a reorganização institucional do país, não foi aceito como legítimo pelo jornal, por considerar que as eleições não representavam a vontade popular, afirmando que o resultado das urnas não seria “a legítima expressão do sentimento nacional, mas a representação do poder” dos governantes, uma vez que, “sob a ameaça do julgamento sumário das leis repressoras da opinião” e “com um sistema de eleições”

controlado pelo governo, “o que saiu das urnas foi a vontade do poder e não o voto popular”, pois “a consciência nacional emudeceu e uma grande parte da população teve de exilar-se no abandono dos seus direitos políticos”. Diante disto, a folha destacava que não se afirmara “a soberania popular”, consolidando-se “a ideia humilhante de que não era do povo a direção dos seus destinos, mas do governo o domínio, e arraigou-se na consciência popular a convicção da nulidade dos seus esforços e da sua impotência” (19 set. 1890).

Passado praticamente um ano da instauração da República, o diário rio-grandino fazia uma avaliação bastante negativa deste período, considerando que os obstáculos inerentes à transformação da forma de governo vinham sendo “avolumados pelos erros dos diretores da política nova”, os quais, “para exercer domínio absoluto e para impor a sua vontade como única lei”, teriam “desorientado o espírito público pela corrupção, pelo desprezo da opinião e pelo sofisma dos princípios essenciais da democracia, ressuscitando o fetichismo e a subserviência às personalidades, contra a qual outrora protestavam e combatiam”. Para o jornal, os governantes não permitiram o pleno “exercício do voto, reduzindo a mera fantasmagoria o direito concedido, violando a independência e a vontade do eleitor com um regulamento preparado para impor a vontade dos depositários do poder”. Concluía, afirmando que “o sentimento da dignidade cívica, a moralidade da nação, não se levantaram nem se fortaleceram, porque, no desempenho da sua missão democrática, o poder” teria “prosseguido nos mesmos erros e obedecido aos mesmos vícios do passado,

mantendo no povo a convicção desalentadora de que a vontade dos que governavam era absoluta e soberana” (11 out. 1890).

Já em 1891, o periódico exclamava que “a ditadura prolongava-se”, apontando para a “intenção latente no espírito do chefe do Estado” de impor “a sua vontade e a converter em lei o seu modo especial e *sui generis* de ver e julgar as coisas, prolongando os limites vexatórios de uma ditadura, incompatível com a dignidade” dos brasileiros. O grande receio do jornal era que, mesmo quando entrasse “o país num regime definitivo de justiça e liberdade”, o Presidente persistisse na “intenção manifesta de concentrar na sua vontade toda a iniciativa que a revolução entregou aos órgãos do poder”. Diante disto, apelava à “honra da nação” a contrariar aquela situação, evitando o estabelecimento, “em ostentosa plenitude, em todo o seu domínio execrando, da velha e desmoralizada fórmula *o Estado sou eu*” (4 fev. 1891).

As medidas autoritárias de controle social e político adotadas pelo governo republicano no Rio Grande do Sul constituíram-se em importante fator que levaria o *Artista* a declarar-se “afastado da luta política” (8 maio 1891). Diante da coibição mais direta e incisiva, o jornal passou a silenciar quanto aos assuntos político-partidários, buscando demonstrar um caráter apartidário, imparcial e independente:

Ocorrendo a revolução que banuiu as instituições monárquicas, o *Artista* colocou-se numa expectativa simpática para com a nova situação que chamava a si o compromisso de alargar o âmbito das liberdades populares, dando

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

plena realização às grandes aspirações nacionais. Sem resistências para com a revolução triunfante, o Artista, subordinando-se à lei irrevogável da evolução, procurou (...) cooperar para que se traduzam em realidade as grandes e generosas aspirações que visam à grandeza e à felicidade da pátria.

Sem ódio, sem exclusivismo de seita, sem preferências de tribo, ele acentua a sua posição em face dos acontecimentos que evolutivamente modificam sua orientação (...), mantendo uma atitude correta, digna e imparcial, encontra no favor público esse apoio generoso e espontâneo, que é o maior e o mais honroso galardão a que pode fazer jus a imprensa séria, honesta e independente. (15 set. 1891)

Foi somente após o golpe de Estado promovido por Deodoro da Fonseca e do afastamento de Júlio de Castilhos do governo rio-grandense, que o jornal voltou a manifestar suas convicções políticas. Quanto ao movimento que se preparava no Rio Grande do Sul visando a derrubada do Presidente da República, o periódico aplaudia a “vitória da revolução”, pela qual o “povo” rio-grandense teria retomado “seu lugar de honra à frente dos povos mais entusiastas da liberdade”, numa “patriótica e nobilitadora” ação, “respondendo com a mais sagrada e a mais nobre das revoluções ao despotismo brutal do governo da República”. Destacava que o “povo” gaúcho não aceitara “a escravidão que um tirano caricato teve o devaneio de impor-lhe”, de modo que aquela “revolução”, quando fosse submetida ao “juízo imparcial da história”, iria “refulgir na página mais bela, como uma das manifestações mais augustas

ou pelo menos mais simpáticas da bravura, da coragem e da independência de um povo”(12 nov. 1891).

Para a folha, Deodoro havia conculcado “a vontade do povo, expressa no pacto fundamental da República”, buscando “reduzir este povo heroico e generoso a um rebanho de tímidos cordeiros, ou transformá-lo num troço de escravos sem os estímulos da dignidade e do brio”, sufocando “todas as sugestões de patriotismo e todos os impulsos de sua honra vilipendiada pela mais estupenda e retrógrada das tiranias”. Considerava o presidente como “conspirador, inimigo da ordem e do progresso”, praticante da “fraude e do canibalismo político”, devendo todos, “sem distinções de partido e sem relutâncias prejudiciais”, promover a luta até que fosse “completa a obra da reivindicação solene dos brios” dos brasileiros, os quais não deveriam descansar “um só momento”, continuando “a julgar a liberdade em perigo, até que a tirania do centro se visse obrigada a capitular” (13 nov. 1891).

A 24 de novembro de 1891, o periódico noticiava que afinal caíra “a ditadura grosseira, prepotente e vexatória, imposta à nação brasileira”, de modo que “o insulto irrogado à soberania nacional foi larga e cavalheirosamente vingado com a deposição forçada do inconsequente soldado” o qual não soubera “honrar as tradições brilhantes de um passado glorioso”, não honrando “também o mandato supremo que lhe fora confiado pela soberania popular”. Na perspectiva do jornal, “a deposição do déspota”, devera-se essencialmente “ao Rio Grande do Sul, a esta heroica terra, berço eterno e baluarte inexpugnável da liberdade”, ao qual cabia “a glória de ser o iniciador deste nobre e magnânimo movimento de reivindicação

dos brios e da dignidade da soberania nacional"; além do Exército e da Armada, também responsáveis pela "glória de serem intérpretes e executores da vontade nacional".

Tendo em vista a ascensão dos dissidentes republicanos, o período do Governicho, notadamente durante a administração de Barros Cassal, contou com opiniões significativamente negativas de parte da folha, a qual afirmava que "nunca um governo, um partido ou uma escola" se desacreditara "tão depressa como sob a administração efêmera e interina do Sr. Dr. Barros Cassal", o qual havia subido "ao poder em nome de princípios que a vitória da revolução consagrara", cabendo-lhe, portanto, "a responsabilidade da máxima observância prática aos princípios cuja defesa reunira em armas as legiões rio-grandenses contra a ditadura do centro". Porém, ao contrário, aquele político, através de uma "apostasia completa e ostensiva", tornara-se "um déspota, um tirano" e "um ditador por sistema intolerável e inconsequente". O periódico pregava a todos, "sem exceção de partido ou cor política", que militassem "no jornalismo independente", servindo "ao progresso, à política e à civilização rio-grandense", que rompessem com aquele governo, cujo chefe parecia "disposto a tornar-se um *Napolean le petit*" apontando este como "um dever de honra, imposto pela dignidade do jornalismo livre, pelo próprio civismo dos que não quisessem retrogradar na escala das grandes conquistas da liberdade" (30 mar. 1892).

Para o jornal, o governo da dissidência republicana era amplamente contraditório, e sobre ele, questionava como se poderia acreditar na sinceridade de uma "facção que representada no poder por um de seus

mais fervorosos sectários”, obrigava este “a representar o papel de *Jano* político, oferecendo duas faces inteiramente opostas”; ou ainda, como acreditar “na fervorosa sinceridade do revolucionário” que se sublevara contra “uma ditadura odiosa” e, colocado no poder, “arvorava-se em ditador ostensivo”, renegando os princípios do movimento de Novembro de 1891 (1º abr. 1892). Este desacordo com os republicanos dissidentes chegou a levar a folha a criticar o positivismo, apontando as possíveis falhas da “doutrina de Comte”, denominando-a de “seita positivista” (30 abr. 1892). Ainda com relação ao caráter oposicionista assumido pelo periódico quanto aos representantes da dissidência do Partido Republicano, o *Artista* censurou acremente a Demétrio Ribeiro, Antão de Faria e Barros Cassal, chamando-os de “trindade sinistra” que em muito estariam prejudicando os interesses dos rio-grandenses (1º jun. 1892). Na perspectiva do diário, os liberais gasparistas não deveriam manter qualquer vínculo político com relação aos dissidentes do castilhismo³ (16 maio 1892). Os constantes adiamentos

³ Com referência ao Congresso de Bagé, o jornal interpretava que a partir do mesmo ficaria evidente a impossibilidade de união entre os liberais, apegados a seus princípios, com “a natureza heterogênea dos elementos que formavam” a dissidência republicana; e explicava que “em vez de distinguirmos um mal nessa ocorrência que inevitavelmente deveria dar-se mais cedo ou mais tarde, descobrimos a fonte benéfica de uma série de profícuos resultados políticos. Antes a discriminação leal, conscienciosa e clara do que a confusão hipócrita, obedecendo a sugestões de interesses. Temos, pois, dois partidos no Estado, duas coletividades que mereçam este nome - a que obedecerá a chefia do Sr. Dr. Gaspar da Silveira

das eleições à Convenção Rio-Grandense também constituíram alvo da censura do periódico, que atacou tanto a Barros Cassal, quanto ao General Barreto Leite por esta atitude (9 maio 1892), este último governante também foi criticado pelas constantes demissões que promovera nos quadros públicos gaúchos (31 maio 1892).

Diante desse cenário de crise, o diário rio-grandino manifestava seu receio quanto à conjuntura político-econômica nacional, afirmando que a “ninguém era permitido encarar com indiferença o quadro lutuoso da deplorável situação” na qual se achava o país, “arremessado à beira do abismo da ruína pelos desacertos contínuos dos que assumiram a tremenda responsabilidade de sua reconstrução política”. O jornal referia-se a uma “tríplice crise”, que envolveria a crise política, a financeira, advinda da prática governamental do Encilhamento, e, finalmente, a comercial, originada a partir das duas anteriores. Segundo o entendimento da folha, a crise política fora “determinada pela súbita transformação nas instituições e pelo pouco critério que inspirou os principais fatores da revolução”, permanecendo os novos governantes “menos empenhados em cercar a República de simpatia e

Martins e a que reconhece como chefe o Sr. Dr. Júlio de Castilhos. A outra dissidente há de desaparecer indeclinavelmente, eliminada, absorvida pela força das circunstâncias” (2 abr. 1892). Nesse sentido, o periódico desconsiderou o Partido Republicano Federal como força oposicionista, encontrando no Partido Federalista o autêntico representante da oposição gaúcha.

adesões do que em firmar o domínio de um exclusivismo funesto” (4 maio 1892).

Os pronunciamentos de natureza político-partidária seriam novamente interrompidos a partir do retorno de Júlio de Castilhos ao poder. O jornal que chegara a criticar a doutrina positivista à época do enfraquecido governo de Barros Cassal, não repetiria esta atitude diante do forte e autoritário governo de Castilhos, retomando então a argumentação de consistir-se num representante da imprensa neutra e apolítica. Proclamava a si mesmo como “estranho às lutas partidárias e alheio inteiramente às conveniências de seita ou facção”, estando, “mais do que nunca disposto a manter uma neutralidade rigorosa”, fazendo votos “que o prélio travado se decidisse pacificamente ou pelo melhor dos modos”, sem que houvesse “o doloroso desgosto de assistir ao derramamento do sangue rio-grandense”. Diante do confronto que se preparava, manifestava o desejo de que o país não desse “ao mundo o espetáculo de um povo que se trucidaria com a fúria dos canibais”, e, mesmo reconhecendo que “a situação era assaz grave”, argumentava que se fazia “mister pedir inspirações ao bom senso e ao patriotismo” (18 jun. 1892).

Dessa forma, o jornal mergulharia em nova fase de silêncio político e seu discurso, além de voltar-se aos argumentos de neutralidade, imparcialidade e independência, direcionou-se também à manifestações em prol de buscar uma solução pacífica para o conflito político-militar que se preparava nas terras e fronteiras gaúchas. O periódico justificava seu discurso pacifista pelo fato de que “o choque das armas vibradas por irmãos contra o peito de irmãos” assumiria sempre um

aspecto do terror “de uma luta feroz, de uma luta canibal, em que as leis da civilização e os princípios mais santos da liberdade eram postergados criminosamente, ficando esquecidos, no auge do furor bélico, os próprios sentimentos de generosidade”. Desejava que a luta se restringisse às ideias e aos princípios, resolvendo-se “pacificamente pela vitória da opinião pública manifestada legalmente pelos órgãos legítimos da publicidade”, quer pela imprensa, ou “do alto da tribuna popular, ou emanando triunfante do seio das urnas”. Conclamava então, em nome da República e “dos mais altos interesses da pátria”, que todos fizessem votos pela paz, “antes que o raio da guerra civil, se fizesse ouvir, juncando de cadáveres a face da terra querida” (7 jul. 1892).

Com relação à violência que vinha ganhando terreno no Rio Grande do Sul, o periódico chegou a explicar que a mesma devia-se, em grande parte, às atitudes dos agentes do poder estadual, destacando que “violências, como as que se tinham praticado, sem necessidade de ordem alguma”, consistiam-se em “precedentes funestos, verdadeiras armas de dois gumes”, as quais, num dia poderiam “ferir cruelmente a vítima”, mas, no outro, deveria “ferir de um modo também implacável o que ontem foi algoz”. Desejava que os “péssimos auxiliares da situação que se glorificavam com as arbitrariedades de que eram autores”, viessem a refletir que eram eles “os mais perigosos adversários do partido dominante”, uma vez que estariam coagindo a liberdade e imolando “os direitos e garantias do cidadão laborioso e pacífico”, redundando em possíveis inimigos do governo. Segundo o jornal, se a “aspiração real” dos governantes

era “a legalidade na acepção legítima da palavra”, deveria dar aos seus concidadãos “justiça e liberdade, sem restrições de ordem alguma”, ou seja, “para gregos e troianos”. A folha ainda afirmava que era a “confiança no patriotismo e na inteligência elevada do cidadão que acabara de ser eleito governador”, que a levava a alimentar “a convicção de que ele haveria de procurar restabelecer o império da lei e da liberdade” de que andavam “divorciados” os sul-rio-grandenses (24 nov. 1892).

A questão da liberdade de imprensa, que desde o estabelecimento da República ganhara maior espaço nas páginas do *Artista*, passou a ser ainda mais abordada no início de 1893, quando o jornal denunciava um controle direto sobre suas atividades de parte das autoridades locais. A folha que destacava o orgulho que possuía por “sustentar uma neutralidade sem limites, uma abstenção completa das lutas estéreis da política”, declarava-se surpresa por ter sido intimada pelo Subintendente Municipal, para ser informada de que não deveria dar publicidade a “quaisquer notícias alarmantes referentes ao movimento político do Estado”. O periódico argumentava que sempre repelira “a perniciosa ideia de trazer para as colunas de um jornal que pretendia adquirir os foros de imprensa séria e criteriosa, notícias inverossímeis e exageradas, dando curso aos boatos”; e defendia-se, afirmando que “nunca” tratara de uma possível “derrota ou da posição do Sr. Dr. Júlio de Castilhos”, ou ainda outras informações que pudessem vir a ser “consideradas alarmantes” (22 fev. 1893). Na perspectiva do diário rio-grandino, a repressão pela qual estariam passando os jornais seria injusta e desigual, uma vez que, enquanto os periódicos legalistas tinham

plena liberdade, as folhas oposicionistas e as independentes, dentre as quais o *Artista* buscava inserir-se, passavam por pesado cerceamento (25 fev. 1893).

Ainda que tivesse suas páginas sob controle policial muito próximo, a folha ainda fez referências, mesmo que esporádicas, com relação ao conflito bélico que se espalhava pelo Rio Grande do Sul⁴. Sobre a tentativa de invasão do Rio Grande pelas forças rebeldes de Wandenkolk, o jornal limitou-se a afirmar que resolvera “esperar o correr dos acontecimentos, para com o espírito calmo e sossegado informar aos leitores do que sabia, visando simplesmente à verdade dos fatos”, transcrevendo a seguir a versão oficial emitida pelas autoridades locais. A partir de outubro de 1893, no entanto, o *Artista* passou a não mais publicar qualquer notícia a respeito da revolta no Rio Grande do Sul. Tendo em vista a nova legislação que entrava em vigor, a folha restringiu-se a um silêncio absoluto quanto às questões político-partidárias e mesmo às militares, editando cada vez mais amenidades e notícias do exterior em suas colunas.

Tal silenciar persistiu no ano seguinte e, até mesmo no episódio da tentativa de tomada do Rio Grande pelos federalistas e rebeldes da Armada de

⁴ O jornal limitava-se a publicar breves notícias sobre os acontecimentos militares, porém, a 26 de maio de 1893, publicou uma nota onde deixava transparecer uma admiração pelos revoltosos: “Não se sabe que mais admirar nos federalistas; se a audácia assombrosa com que manobram; se a rapidez vertiginosa com que transpõem distâncias consideráveis, de que não conhecemos exemplo em tempo algum da história”.

Custódio de Mello, o diário limitou-se a noticiar a frustrada invasão, centrando a narração na figura do General Bacellar e transcrevendo os manifestos desse chefe da resistência governista na cidade. Diante da revolta, o jornal restringiu-se a manifestar o desejo de um breve restabelecimento da normalidade no Estado, destacando que as “paixões partidárias e, não poucas vezes, ambições pessoais” tinham “criado dificuldades à marcha governativa do país e acirrado ódios até o extremo”, promovendo “lutas intestinas” as quais eram “o mais poderoso elemento da decadência de um povo”. Apelava, assim, para que se pensasse seriamente “nos erros passados, inaugurando um época de paz e prosperidade”. Enfatizando mais uma vez que não alimentava “o mais pequeno vislumbre de paixão partidária”, o periódico fazia “os mais ardentes e sinceros votos para que fosse inaugurada uma época de verdadeira paz” (14 nov. 1894).

Na eleição do primeiro presidente civil, o *Artista* vislumbrou a possibilidade da pacificação do Estado, desde que o novo governante promovesse o “completo esquecimento e a inauguração de uma época” que fizesse “convergir para um só ponto as forças vivas do país, tendo como resultante o completo engrandecimento” do país (16 nov. 1894). Para o jornal, a guerra trazia terríveis consequências e lastimava que o ano de 1894 tivesse terminado ainda com o país “convulsionado pelas lutas intestinas, das quais, infelizmente para o Brasil e em especial para o Estado”, ainda não era possível, “com rigorosa precisão, determinar a época em que deveriam desaparecer”. Destacava que era “profundamente triste que os filhos da mesma terra, impelidos por paixões diversas”, não

tivessem abandonado a luta, “unindo-se por abraços fraternais”; e desejava que no futuro ano fossem apaziguadas as “diversas facções políticas”, começando “uma época de paz e prosperidade”. Na opinião da folha, tornava-se “necessário esquecer completamente injúrias e divergências de tempos já passados”, demonstrando-se “a um mundo civilizado que, dotados de um espírito superior”, os rio-grandenses não deixariam prolongar-se uma luta que só trazia, “como necessária consequência, o estacionamento da terra” gaúcha (31 dez. 1894).

De acordo com esse espírito pacifista, o diário rio-grandino louvou, com entusiasmo, a pacificação da Revolução Federalista, obtida em agosto de 1895. Na sua concepção a paz só fora estabelecida a partir da interferência do poder federal o qual teria garantido condições “honrosas” aos beligerantes, fazendo prevalecer a ideia pacifista sobre a força das paixões que pretendiam sustentar a guerra, numa referência indireta à ação dos castilhistas:

Paz! É esta a palavra que neste instante psicológico irrompe de todos os lábios como uma expressão de alegria! Essa terrível luta fratricida que corroía o nosso organismo social e impedia o desenvolvimento deste abençoado torrão meridional, não mais chamará aos campos tintos de sangue os nossos irmãos, pois que o sábio governo da República, inspirado na justiça e no direito, exterminou o fenômeno de uma maneira honrosa, fazendo prevalecer a sua ação, a despeito de certas paixões políticas que se opunham à realização de tão nobre e sublime ideia. (...)

Devemos olvidar as guerras - esses terríveis fenômenos sociais - que aniquilam, deixando em sua passagem a miséria, o terror, o luto, a dor. Basta de sangue! (24/8/1895)

Mesmo após o encerramento da Revolução de 1893, o *Artista* buscou manter seu discurso voltado à imparcialidade e à independência quanto aos partidos políticos. O jornal afirmava que “a paixão partidária” não exercia qualquer tipo de influência no seu “espírito e desejo manifesto de conciliação da família rio-grandense” (6 abr. 1896), procurando também garantir que era um convicto defensor dos ideais republicanos (21 ago. 1896). Além de destacar que se constituía numa “folha independente, sem filiações de partidarismo” e “fora da órbita onde giravam as paixões em excesso”, colocava-se como uma publicação “dedicada ao progresso desta terra rio-grandense, lutando pelas causas que mais a interessavam e dignificavam” (15 set. 1898). O periódico criticava os procedimentos da “imprensa partidária que levava a vida a atirar insultos e a só dar as notícias que favoreciam os seus ideais” (31 maio 1900), uma vez que considerava a imprensa como a “mantenedora da ordem”, a qual devia “esforçar-se por educar o povo nos nobres princípios da obediência à lei e do respeito pelos direitos humanos” (14 dez. 1900). Nesse quadro, o diário manteve um profundo silêncio sobre a Revolução Federalista e as disputas partidárias que marcaram o Estado, bem como sobre as sequelas advindas das mesmas. Esse procedimento de silêncio político passaria a uma séria indefinição editorial ao longo da primeira década do século XX. O cerceamento a sua liberdade de expressão, a adaptação à nova

conjuntura do jogo partidário e a difícil sustentação financeira, tendo em vista a nova e competitiva fase que se anunciava, caracterizada por uma cada vez maior concentração das atividades jornalísticas, representariam um caminho sem volta para a continuidade da circulação do *Artista* que viria a desaparecer em 1912.

O golpe de Estado de novembro de 1891 na cidade do Rio Grande e as repercussões junto à imprensa diária

O mês de novembro de 1891 significou um momento de inflexão na História do Brasil Republicano. A jovem República não chegara ainda ao segundo aniversário e as profundas dificuldades político-institucionais prenunciavam a crise bélico-revolucionária. As diferentes e, às vezes, divergentes tendências partidárias que se manifestavam nessa época buscavam, cada uma a sua maneira, plasmar uma determinada identidade à nova forma de governo, cada qual tentando moldar a sua “verdadeira república”. Nesse quadro de conflitos, as fortes divergências também se faziam sentir numa queda de braço entre o Executivo e o Legislativo. O primeiro Presidente da República, marechal Deodoro da Fonseca, de acordo com a feição autoritária no seu modo de pensar e agir, insatisfeito quanto à divisão do poder no país e considerando a ação do Legislativo como um obstáculo à sua atuação, desencadeou um golpe de Estado,

promovendo a dissolução do Congresso Nacional, a 3 de novembro de 1891⁵.

Tal atitude golpista de Deodoro significava a culminância de um crescente quadro de conflitos entre o presidente e o Legislativo Nacional. Desde a oposição à sua candidatura lançada no Congresso, apesar da vitória, Deodoro da Fonseca não soube aceitar a interferência das divergentes opiniões de deputados e senadores junto à sua administração. A mudança no primeiro ministério republicano, com a ascensão de um novo grupo de ministros, liderados pelo Barão de Lucena, figura associada à forma de governo decaída, e considerados como indivíduos sem maior prestígio e alçados ao poder apenas a partir da vontade unipessoal do presidente foi um dos fatores que mais agravou o quadro de impopularidade para com Deodoro. Além disto, as diversas querelas envolvendo as questões econômico-financeiras, nas quais o primeiro presidente era constantemente acusado de proteger e favorecer interesses individuais, e as diversas atitudes calcadas no autoritarismo reforçavam o caráter impopular que marcava o novel governo republicano⁶.

⁵ Texto publicado originalmente em: Anais do VIII Ciclo de Conferências Históricas. Rio Grande: FURG, 1999. p. 27-41.

⁶ Sobre o contexto histórico de crescente impopularidade de Deodoro da Fonseca, culminando com o Golpe de Estado de 3 de novembro de 1891, ver: CARONE, Edgard. *A República Velha: evolução política (1889-1930)*. São Paulo: DIFEL, 1983. p. 52-64.; e SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, C. G. (org). *Brasil em perspectiva*. 13.ed. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 170-173.

Para justificar/legitimar seu golpe, o marechal Deodoro publicou um longo manifesto intitulado “O Presidente da República aos Brasileiros”⁷, buscando explicar os motivos que, de acordo com a sua perspectiva, levaram-no a dissolver o Congresso. No documento, o marechal buscava demonstrar que a “liberdade” fora a marca registrada de seu governo, ao afirmar que um de seus objetivos fora o de administrar o Brasil “sob os novos moldes democráticos”, garantindo eleições “em plena paz”, na “absoluta liberdade” e “na manifestação do voto”. Referindo-se à Constituição, o primeiro presidente destacava que na mesma procurara “afirmar todo o seu amor à grandeza da liberdade e todo o seu respeito à majestade do direito”, ao consagrar “a forma federativa, a divisão, harmoniosa e independente, dos poderes públicos, a extensão e limites das atribuições respectivas, os direitos e deveres do cidadão brasileiro”, bem como “as garantias constitucionais de que depende o concurso de todos para a manutenção da ordem e segurança da nação”.

Sob o prisma do marechal, a atuação de setores no Congresso visavam uma concentração de poderes nas mãos do Legislativo, afirmando que “grupos radicais e intransigentes” tinham por objetivo “introduzir na obra constitucional ideias e princípios que transferissem para o Poder Legislativo a mais vasta soma de atribuições,

⁷ Todas as citações referentes a esse Manifesto foram extraídas de: MELLO, Custódio José de. *O Governo Provisório e a Revolução de 1893*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938. v. 1. t. 1. p. 59-72.; e CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930) – texto e contexto*. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 17-22.

embora diminuindo e absorvendo muitas das que são da essência e natureza do Poder Executivo”. Deodoro buscava legitimar sua atitude ao atribuir àquelas intenções do Congresso um caráter “anárquico”, ou seja, que desvirtuaria as instituições, ou ainda, cujo intento era restaurar a forma derrubada a 15 de Novembro. Afirmava, então que, tendo em vista aquelas atitudes dos congressistas, o país encontrava-se “face a face com os maiores perigos” de modo que, “não só a fé nas nascentes instituições republicanas tem se entibiado com as perspectivas mais ou menos próximas da anarquia, como, o que é profundamente mais grave, à mercê desse trabalho lastimável e funesto, tentam os adeptos das depostas instituições levantar a bandeira restauradora”.

O Presidente da República acusava o Congresso de ter assumido em relação a ele e seus ministros “uma posição inteiramente adversa e hostil”, buscando reduzir “a autoridade suprema do Chefe do Estado”, para que o mesmo não passasse “de mero joguete da indisciplina política”. Segundo Deodoro, os atos dos congressistas não estariam levando em consideração que, diante dos mesmos, “a primeira vítima sacrificada eram as nascentes instituições republicanas”. Em nome da salvação dessas instituições, o presidente argumentava que tomara aquela medida extremada para defender a República de seus “inimigos”, os quais teriam hasteado, “no meio do clamor público, a bandeira da restauração monárquica”. Diante dessas propaladas possibilidades restauradoras, Deodoro da Fonseca declarava que o governo possuía “elementos para julgar do grau de procedência e adiantamento em que vão tais maquinações contra a República”, sabendo “perfeitamente onde estão os adversários que afrontam a

legalidade e a autoridade, certos de que têm por si as dissidências e anomalias do Congresso”. Desse modo, em verdadeira exortação pública “aos brasileiros”, o marechal explicava que a dissolução do Congresso fora a “última alternativa” em vista da salvação republicana⁸.

⁸ Nesse sentido, o Presidente da República exclamava em seu Manifesto: “Contemporizei até agora. Se na crise em que se encontra a República eu não apelasse para a nação, dissolvendo, como dissolvo o atual Congresso, eu seria um traidor à pátria. Brasileiros! A situação em que se acha a nossa cara pátria é difícil e suprema. Para salvar as instituições republicanas, assumo perante a nação a responsabilidade do ato que acabo de praticar dissolvendo o Congresso. Esta medida é imposta, além disso, pela salvação pública. A 15 de novembro de 1889, achei-me a vosso lado para a deposição da Monarquia; hoje me encontrais ainda fiel à minha missão de soldado e de brasileiro para depor a anarquia. Acharo-nos minados por todos os lados, e a ideia restauradora ganha caminho à mercê dos mais funestos elementos da dissolução social. Os inimigos da pátria tentam francamente a destruição das instituições. A sua arma é o desespero de todas as classes, o descrédito das nossas finanças. (...) Usamos de generosidade para com os adeptos da Monarquia, e eles nos afrontam já conspirando, já provocando a ação dos poderes públicos de modo ousado e insólito. A linguagem da imprensa partidária, filiada à causa da restauração, é um brado de insurreição diária e audaz. Cada pequeno conflito popular de alcance mínimo é logo explorado como a guerra civil declarada, e por toda a parte o telégrafo anuncia a tirania e a matança. Os discursos do Congresso estabelecem diariamente a profunda divisão entre os poderes públicos, e são verdadeiras armas de guerra contra a República. (...) Para evitar todos esses males, resolvo, como disse, dissolver uma assembleia que só poderá acarretar ainda maiores desgraças. Assumo a responsabilidade

Em oposição ao manifesto presidencial, o Congresso Nacional também faria vir a público uma manifestação “À Nação Brasileira”⁹, na qual os senadores e deputados buscaram rebater cada uma das acusações a eles imputadas pelo Presidente da República. Na declaração, o golpe de Estado praticado por Deodoro era considerado como “um atentado de tal ordem, que não encontra paralelo na história das crises violentas por que passaram outros povos”, constituindo-se num fato “sem causa ou motivo algum que o justifique”, dissolvendo-se o Congresso “violentamente pelo Poder Executivo, à mão armada, cortando criminosamente a parábola pacífica da transformação social”. O ato do presidente era apontado como “despótico” e ilegítimo, uma vez que, além “de ser um processo calunioso, repleto de inverdades contra os legisladores do país, reflete em si as preocupações individuais e acerbas de que se acha possuído o Chefe de Estado”. O manifesto de Deodoro da Fonseca foi qualificado como um evidente exemplo de autoritarismo unipessoal, de maneira que “a nação deve ter visto nesse triste documento a presunção orgulhosa da supremacia

da situação e prometo governar com a Constituição, que nos rege. Garanto a paz, a ordem e a verdade das instituições republicanas. (...) Um decreto convocará oportunamente o novo Congresso. Brasileiros! Eu, o vosso leal e constante amigo, faço este apelo à vossa vontade soberana, e conto que me ajudeis a salvar as instituições republicanas, únicas que podem assegurar a grandeza e a felicidade da nossa cara pátria.”

⁹ Todas as citações referentes a essa manifestação foram extraídas de: MELLO. p. 72-80.

absoluta e toda pessoal do Chefe de Estado sobre todos os poderes públicos”.

O manifesto dos congressistas explicava que o ato ditatorial, ao contrário do que afirmava seu promotor, estava “longe de justificar a ousada pretensão que se arroga o Poder Executivo de achar-se dentro das atribuições que lhe foram conferidas”; estando “longe disso”, já que “depois de promulgada a Carta Constitucional, e em presença de efetivo trabalho legislativo, julgou-se no direito de legislar, afrontando e invadindo com o mais estranho desembaraço as faculdades conferidas exclusivamente a um outro poder”. Propondo-se a “restabelecer perante o país a verdade dos fatos”, os legisladores afirmavam que jamais influíra no Congresso “a falsa arguição que lhe faz de pretender renovar costumes e processos incompatíveis com o regime presidencial”, de modo que “a Câmara a que se refere especialmente o manifesto do Presidente da República, nunca foi facciosa, mas ativa e digna”, procurando “resguardar a honra de seu mandato perante as invasões do Executivo”. Diante destas asserções, concluíam que “os que compreendem o regime presidencial sabem que a independência do Poder Executivo não exclui a crítica e a fiscalização de seus atos pelo Congresso”.

A atitude golpista do presidente foi descrita como o ato “de rasgar suas vestes constitucionais para assumir o papel de um ditador vulgar”. Na visão dos congressistas, o que levava ao incremento do movimento restaurador fora a série de erros governamentais, mas que a ruptura constitucional não significaria a solução para aquele problema. Afirmava-se que “o Congresso não se desapercebeu da corrente reatora que se forma

em torno da República, impulsionada precisamente pelos erros do Governo”, porém, argumentava-se, “o remédio eficaz e pronto está no respeito às instituições, na guarda dos princípios e na observância da Constituição e das leis”, pois, “sem isso toda a política é artificial e falsa”.

Defendendo-se das acusações de conivência com a restauração, os legisladores explicavam que o “bom senso” aconselhava que “antes de recorrer às medidas extremas e aos golpes desatinados, os governos precavidos e sérios” deveriam procurar “nobilitar o regime que representam pela sincera aplicação da lei e por um severo regime de moralidade”. Declaravam ainda que “são estas brechas por onde penetram os inimigos das instituições republicanas” e que era “assombroso” o discurso governamental no que tange à associação entre os congressistas e o movimento restaurador. Na opinião do Congresso, os argumentos do presidente tinham por base “a mesquinhez e a falsidade”, de modo que aquele manifesto, “destinado a dissimular um ato de evidente tirania”, não deveria “contudo comparecer aos olhos do mundo civilizado com um cunho relapso de um rebaixamento nacional”. Também utilizando-se da exortação pública, os congressistas conclamavam a população a reagir contra o golpe, numa referência ao “direito dos povos à revolução” para eliminar aquele governo que não estaria coadunado com os “verdadeiros” preceitos da forma republicana de governo¹⁰.

¹⁰ Nessa linha, os congressistas concluíam seus manifesto: “O fim da ditadura é manifesto: procura rebaixar aos olhos da nação os sentimentos do Congresso, abater o nível moral de

Esse espírito do “direito à revolução”, em contestação ao golpe de Estado, iria se espalhar pelo país e, em diversos estados, espocavam manifestações contra as autoridades governamentais. No Rio Grande do Sul, onde os castilhistas haviam promovido um processo de expurgo dos outros grupos políticos no controle do aparelho do Estado, gerando, a partir desse exclusivismo partidário, uma ferrenha oposição, a revolta direcionou-se também contra a figura de Júlio de Castilhos, tradicional aliado de Deodoro da Fonseca. A posição ambígua do governador, limitando-se a garantir a ordem pública, agravou ainda mais o quadro de crise revolucionária¹¹. Mesmo que, mais tarde, Castilhos

sua autoridade e por esse modo desprestigiá-lo perante o país. Semelhante increpação cobre de verdadeira tristeza o Congresso que vê com o mais profundo pesar, pela primeira vez em sua pátria, em uma época que deveria ser a da regeneração dos costumes públicos, agitar-se, como fundamento de um golpe de Estado, assunto de tão baixo nível. Há um erro grave da parte do atual ditador: - ele não acredita nas ressurreições da história. Qualquer que seja o abatimento em que se julgue ter caído o espírito desta nação, é ilusório supor que ela haja esquecido para sempre os heroicos testemunhos de sua antiga virilidade. Nós, Membros do Congresso, dirigimo-nos altivamente aos nossos concidadãos a fim de, nesse momento angustioso para nossa pátria, dizer-lhes que não reconhecemos de modo algum o atentado que acaba de ser praticado contra seus direitos soberanos e que, se pudesse consumir-se à face do país e do mundo, seria o perpétuo opróbrio desta nação. Nenhum povo conquista e mantém a liberdade sem grande sacrifício. É esta a lição da história.”

¹¹ Sobre a atitude de Júlio de Castilhos diante do Golpe de 3 de Novembro, observar: FAORO, Raymundo. *Os donos do*

chegasse a adotar uma postura contrária ao golpe, a rebelião já atingira diversas localidades gaúchas e a repressão governamental só servia para ampliar ainda mais o movimento¹². A flama revolucionária, amparada na forte oposição ao castilhismo, levaria à derrubada dos situacionistas no contexto sul-rio-grandense, ascendendo ao poder representantes dos diferentes matizes que compunham aqueles grupos oposicionistas¹³. Os novos detentores do poder buscaram cristalizar a identidade de uma “heroica Revolução de 8 de Novembro”, a qual

poder: formação do patronato político brasileiro. 2.ed. Porto Alegre: Globo; São Paulo: EDUSP, 1975. v. 2. p. 544.; FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1988. p. 107-109.; e FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993. p. 30-33.

¹² Cf. MORITZ, Gustavo. *Acontecimentos políticos no Rio Grande do Sul 89-90-91*. Porto Alegre: Tipografia Thurmann, 1939. p. 240-259.; e LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 51-53.

¹³ A esse respeito, Sertório de Castro afirma: “Ateava-se no Rio Grande a centelha revolucionária de que teria de nascer a grande pira em que quase se consumiu a nação inteira. Surgia nos pampas, sob a forma de uma reação ao golpe de Estado, adensando-se de momento a momento, o maior de quantos perigos poderiam pesar sobre as instituições. Ali, mais ainda do que em outro ponto do território nacional, aproveitaram-se do tumulto os descontentes, os que tinham sede de poder e os que guardavam motivos íntimos para prejudicar o regime novo no conceito nacional, aceitando com prazer um lugar nas hostes que se formavam para promover a agitação, na qual somente os sinceros entravam com o propósito de defender a constituição golpeada”. CASTRO, Sertório de. *A república que a revolução destruiu*. Brasília: Ed. da UnB, 1982. p. 61-62.

teria aberto o caminho para a deposição da “tirania castilhista”.

A cidade do Rio Grande teve participação fundamental na eclosão desse movimento revolucionário de contestação às autoridades governamentais federais e estaduais. O golpe promovido pelo marechal Deodoro foi qualificado junto à comunidade rio-grandina como um “ato despótico” e “uma provocação de requintada ousadia” à nação brasileira¹⁴. Diante da dissolução do Congresso, afirmava-se que todos “que pensavam que com a promulgação da constituição” estaria “legalmente constituída a República”, tinham acabado “de ter a prova do contrário”, estando o país “sem outra lei que a vontade dos ministros”, pois a constituição vinha sendo “violada por aqueles que prometeram respeitá-la e cumpri-la”, de modo que o Brasil, “em vez de progredir, estava retrogradando”, pois o que “imperava era a ditadura”¹⁵.

Alguns dos jornais rio-grandinos buscaram até incitar a população para que a mesma reagisse contra o golpe perpetrado pelo Presidente da República. Chegava-se, assim, à exortação pública, conclamando-se todos a reagir, pois, “diante da ameaça, do terror que já começava a sufocar as garantias e as liberdades de toda ordem”, deveriam calar-se “as paixões secundárias e o patriotismo explodir, chamando a postos os cidadãos unificados pelo mesmo sentimento – a grandeza desta terra de lutadores abnegados”. O intento de associar Júlio de Castilhos ao ato da dissolução do Congresso

¹⁴ ECO DO SUL. Rio Grande, 6 de novembro de 1891.

¹⁵ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 7 de novembro de 1891.

também se fez presente na cidade do Rio Grande, onde manifestou-se a esperança no “revigoramento dos brios nacionais, que começavam a despertar, tendo por ponto de partida o Rio Grande do Sul”, em reação contrária à “violência praticada em nome do general Deodoro – a múmia desse regime abastardado – pelos parasitas imperiais do porte do Barão de Lucena e traído pelos falsos servidores do *castilhanismo*, cujo chefe recebia o santo e a senha daquele feroz reacionário de todos os tempos”¹⁶.

Esta tentativa de apresentar os castilhistas como adeptos da atitude golpista presidencial consistiu-se em frequente recorrência, destacando-se que o Rio Grande do Sul deveria ter “em vista o caráter do instrumento do Barão de Lucena, o bacharel Castilhos, que estava de posse dos segredos da nova ditadura, tentando golpe igual ao que acabava de afrontar toda a nacionalidade”, desacreditando os brasileiros “perante os povos civilizados”. A concitação pública buscava mexer com os brios dos rio-grandenses, questionando-os “se o Rio Grande seria tão digno” ou “tão covarde, tão desabrido, que não enxotasse do poder o representante genuíno do Barão de Lucena e um dos maiores traidores da República – o bacharel Júlio Prates de Castilhos”. O governador era chamado de “instrumento torpíssimo da ditadura”, declarando-se que eram “poucos os miseráveis que formavam o corpo de janízaros do *castilhanismo*, porém, mais miseráveis seriam todos aqueles que entregassem pacientemente a nuca à canga desse poder truanesco, imoral e corrupto”. Nesta linha, pregava-se que, como “o bacharel Castilhos prestara

¹⁶ ECO DO SUL. Rio Grande, 7 de novembro de 1891.

apoio à ilegalidade, ao arbítrio e à tirania”, deveria o Rio Grande do Sul “expulsá-lo, se não preferisse aviltar-se para sempre”¹⁷.

O poder municipal foi ocupado por uma coalizão de adversários do castilhismo, de modo que a cidade do Rio Grande passou a ser administrada por indivíduos ligados aos antigos partidos monárquicos, um liberal e um conservador, e por um terceiro elemento, vinculado à dissidência do partido castilhistas. A derrubada de Castilhos foi comemorada pela nova Intendência Municipal como um “grandioso acontecimento” e como um dia “glorioso nos anais deste heroico Estado, prenúncio do completo triunfo da causa da liberdade”, trazendo “como consequência a paz, a tranquilidade e o conagraçamento da família rio-grandense”. Destacava-se também que o próximo passo deveria ser o combate à “ditadura” federal, visando “abatê-la do falso pedestal em que se apoiava para aniquilar a pátria brasileira, tão digna de melhor sorte, substituindo essa mesma ditadura por um governo altamente patriótico”, que elevasse o Brasil na relação “das grandes nações do mundo”¹⁸.

¹⁷ ECO DO SUL. Rio Grande, 8 de novembro de 1891.

¹⁸ ATA da Intendência Municipal da Cidade do Rio Grande – 12 de novembro de 1891. A respeito da “Revolução de 8 de Novembro”, os membros da Intendência conclamavam o “povo” a mostrar o seu valor, quando tratava-se “de reconquistar o seu direito e a sua liberdade postergada por um governo sem critério, sem patriotismo e sem apoio da nação”, saindo em “procissão cívica” para “saudar os heróis da grande cruzada libertadora”, diante do que o “povo”, teria saído “em marcha cívica” sob as saudações de “Vivas à República, à

A Revolução de 8 de Novembro era destacada como o momento no qual o “povo” gaúcho retomou “seu lugar de honra à frente dos povos mais entusiastas da liberdade”, constituindo-se numa ação “patriótica e nobilitadora”, pois respondera-se “com a mais sagrada e mais nobre das revoluções ao despotismo brutal do governo da República”. Afirmava-se que, quando aquele movimento rebelde viesse a ser apreciado pelo “juízo imparcial da história”, ele iria “refulgir na página mais bela, como uma das manifestações mais augustas ou pelo menos mais simpáticas da bravura, da coragem e da independência de um povo”¹⁹. Declarava-se também que “o objetivo da Revolução era derrubar o ditador central” que se colocara “fora da lei, que dissolvera o Congresso, que queria rasgar a bandeira da República e que estava, enfim, aviltando a dignidade nacional”, bem como, era uma revolta que vinha de encontro às práticas dos castilhistas, imputados como aliados do governo golpista²⁰.

Mesmo após a derrubada de Júlio de Castilhos, considerava-se que a “obra revolucionária” não estava completa, pois seria necessário estender a mesma até a derrocada final do Presidente da República, uma vez que se a Revolução fora “originada pelo ato prepotente do marechal Deodoro”, ela deveria prosseguir “até demonstrar ao ditador, de forma bastante expressiva, o descontentamento, ou antes, a indignação que o seu ato

Constituição Federal, ao Exército, à Armada, aos heróis da Revolução, à imprensa da cidade e ao povo rio-grandense”.

¹⁹ ARTISTA. Rio Grande, 12 de novembro de 1891.

²⁰ ECO DO SUL. Rio Grande, 12 de novembro de 1891.

causou no Rio Grande”²¹. Conclamava-se todos a lutar até que estivesse “completa a obra da reivindicação solene dos brios” dos brasileiros, os quais não deveriam descansar “um só momento”, continuando “a julgar a liberdade em perigo, até que a tirania do centro se visse obrigada a capitular”²².

Com veemência, chegava-se a declarar que já se havia arrancado “o javali do seu nefando covil”, ou seja, destituíra-se “o famigerado Castilhos”, porém não estava “ainda terminada a honrosa missão dos bravos patriotas”, os quais tinha a frente uma “segunda luta, não menos gloriosa e brilhante, nem de certo menos terrível”, uma vez que seria “preciso esmagar o chefe déspota, o patoteiro imoral”, afastando-o do poder onde tinha sido colocado “para eterna vergonha do povo brasileiro e para desonra do pavilhão nacional”, correspondendo-se, assim, aos “brios tradicionais de um povo livre e independente”²³. Por ocasião do segundo aniversário da nova forma de governo, reivindicava-se que aquela não era a república por todos desejada e que não era “de festas, infelizmente”, aquele dia para a pátria, de modo que “os patriotas que aspiravam vê-la grande, forte, cheia de prestígio e respeitada, em vez de festas”, deveriam “fazer votos para que, com a queda da tirania, ressurgisse para a República uma nova época” e um “grandioso futuro”²⁴.

²¹ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 13 de novembro de 1891.

²² ARTISTA. Rio Grande, 13 de novembro de 1891.

²³ BISTURI. Rio Grande, 15 de novembro de 1891.

²⁴ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 15 de novembro de 1891.

Sobre uma necessária continuidade da rebelião, anunciava-se que o “patriótico movimento revolucionário”, para vingar “a afronta atirada à face do país pelo Presidente da República ia produzindo o efeito que era de esperar-se”, uma vez que “o arvorado ditador já começara a sentir os efeitos do seu ato de desvairada tirania”²⁵. Nessa linha, a Revolução de 8 de Novembro persistia sendo alvo de enaltecimentos, considerada como um ato marcado por “hombridade, altivez e patriotismo” e contrário ao “nefasto despotismo do centro”, não visando “outro fim senão o triunfo da justiça, da razão e do direito de um grande povo sobre a prepotência”²⁶. Após o afastamento do marechal Deodoro do poder, destacava-se o papel fundamental que o 8 de Novembro exercera para aquela conclusão, já que, a partir daquela data, “o povo deste invicto Estado, ultrajado pelo prepotente ato ditatorial”, se revoltara “heroicamente contra essa ignominiosa afronta atirada às faces da nação brasileira”. Congratulava-se aquele “movimento revolucionário” que se irradiara “em diversos estados” e “abatara o poder ditatorial que ameaçava aniquilar a pátria”, fazendo com que, “em seu lugar, se erguesse um governo livre, compatível com a dignidade brasileira e com o regimento democrático inaugurado no memorável 15 de Novembro de 1889”²⁷.

Foi manifestado amplo entusiasmo com o final do governo do primeiro presidente, imaginando-se que,

²⁵ ECO DO SUL. Rio Grande, 17 de novembro de 1891.

²⁶ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 20 de novembro de 1891.

²⁷ ATA da Intendência Municipal da Cidade do Rio Grande - 25 de novembro de 1891.

a partir de então, se inauguraria uma nova época, resultante da ação da pátria, a qual dera “ao mundo maravilhado a prova de maior civismo, abatendo a tirania irresponsavelmente representada pelo general Manoel Deodoro da Fonseca”. Persistia-se na continuação do combate aos castilhistas, destacando-se que a convulsão no Rio Grande do Sul tinha “por objetivo a extinção radical do *castilhanismo*, que era o prolongamento do governo de aviltamentos e misérias que tinha por diretor espiritual o reacionário Barão de Lucena”. Nesse sentido, buscava-se esclarecer que os cuidados ainda se faziam necessários, uma vez que se “a nação entrara afinal na posse de si mesma”, deveria, a partir de então, “conservar a união, sempre alerta” contra aqueles “que se não podiam conformar com o desalojamento das posições que tanto deslustraram”, promovendo, assim, “definitivamente a reorganização da pátria rediviva”. No mesmo sentido, afirmava-se que “raivoso, sem intuítos alevantados e não podendo conformar-se com a perda do poder”, o castilhismo, que seria “uma história de tristezas e vergonhas, conspirava ainda, e, portanto, era preciso não o deixar a gosto nas suas explorações criminosas”²⁸.

Apesar destas manifestações no que tange aos possíveis riscos de uma reação castilhista, o espírito “libertário” dos revoltosos de novembro de 1891, acabaria por não conseguir manter seu projeto de manutenção do poder. Em curto prazo, Júlio de Castilhos e seus seguidores voltariam ao governo, apoiados, inclusive pelo novo presidente, Floriano

²⁸ ECO DO SUL. Rio Grande, 27 de novembro e 12 de dezembro de 1891.

Peixoto, tão ou mais autoritário que seu antecessor. A luta contra o autoritarismo, em pouco tempo, tornara-se inglória, no entanto as arestas partidárias foram acirradas e a guerra civil tornara-se um caminho sem volta. Os promotores do movimento que derrubara Castilhos e Deodoro, reunindo um heterogêneo grupo de descontentes com a situação vigente, buscaram plasmar uma identidade à Revolução de 8 de Novembro, como uma luta da “liberdade” contra a “tirania”²⁹.

Alçados ao poder, os novos governantes tentaram demarcar aquela data como o “glorioso” e “heroico” momento no qual o “povo” conseguira derrotar o “despotismo”. As dificuldades em vencer suas próprias idiossincrasias e discrepâncias internas como grupo oposicionista, o crescente arregimentar das forças ligadas ao castilhismo e, finalmente, o apoio do governo central a estas, levariam ao derruir daquele governo anticastilhista. O predomínio definitivo de Júlio de Castilhos e de seu herdeiro Borges de Medeiros, ao longo de praticamente toda a República Velha, levaria a um forçado esquecimento daquela revolta de novembro de 1891. Prevalecera a visão dos vencedores, silenciando-se ou desvirtuando-se os anais da história acerca da

²⁹ Na cidade do Rio Grande, de modo simbólico, o grupo anticastilhista, que assumiu o poder entre o final de 1891 e a metade do ano seguinte, inaugurou na sala de sessões da Intendência “um quadro das Armas da República, alegórico das datas de 15 de Novembro de 1889 e 8 do mesmo mês de 1891, comemorativas da Proclamação da República e da queda da ominosa ditadura que se quis implantar nesta grande nação”. ATA da Intendência Municipal da Cidade do Rio Grande - 6 de fevereiro de 1892.

Revolução de 8 de Novembro, à qual acabaria por perder espaço junto à memória coletiva. Nas tradicionais exaltações do “espírito revolucionário” sul-riograndense, não houve vez nem voz para os derrotados e, nesse quadro, a Revolução de 8 de Novembro foi condenada a não fazer parte do rol das “heroicas revoluções” gaúchas.

O ceifeiro de vidas como representação simbólica dos males que afligem a sociedade na imprensa ilustrado-humorística rio-grandina

Ao longo da segunda metade do século XIX, a arte caricatural expressa por meio da imprensa constituiu uma forma de comunicação que caiu no gosto dos leitores brasileiros. Aliando texto e imagem, e utilizando-se de uma linguagem mais objetiva e direta, que praticamente equivalia a um diálogo entre a redação e os leitores, o periodismo ilustrado-humorístico lançou mão de diversas estratégias discursivas e imagéticas para demarcar seu veio editorial embasado na prática jornalística crítico-opinativa, com recursos utilizados em doses variáveis como a jocosidade, a ironia, a sátira, o sarcasmo, a chalaça, a mordacidade, a maledicência, o deboche, o escárnio, entre tantos outros. Outra forma de expressão usada por esse gênero jornalístico foram as representações simbólicas, com o emprego de símbolos que encontravam compreensão e assimilação de parte do público consumidor desse tipo de leitura.

Foram múltiplas as simbologias empregadas pelos semanários ilustrado-humorísticos que seguiram um modelo que marcava o mundo ocidental e chegou

até o Brasil, notadamente na capital imperial/republicana, vindo a espalhar-se pelas localidades mais relevantes do país³⁰. Tal espraiamento se estendeu até o extremo-sul brasileiro, com vários títulos dessa natureza publicados no Rio Grande do Sul³¹ e, nesse contexto sulino, a cidade do Rio Grande figurou como uma das mais importantes quanto à edição/circulação desse gênero jornalístico³².

Na conjuntura da imprensa ilustrado-humorística rio-grandina, o uso das representações simbólicas foi uma estratégia recorrentemente utilizada e, dentre elas, esteve a do ceifeiro de vidas. Tal figura traduz em síntese a finitude da vida, e sua imagem normalmente é

³⁰ Ver: FLEIUSS, Max. A caricatura no Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917, tomo 80, p. 587-609.; LEMOS, Renato. *Uma História do Brasil através da caricatura (1840-2006)*. Rio de Janeiro: Bom Texto Editora e Produtora de Arte, 2001.; LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.; MAGNO, Luciano. *História da caricatura brasileira: os precursores e a consolidação da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Gala Edições, 2012.; SINZIG, Pedro. *A caricatura na imprensa brasileira: contribuição para um estudo histórico-social*. Petrópolis: Vozes, 1911.; TÁVORA, Araken. *D. Pedro II e o seu mundo através da caricatura*. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1976.; e WERNECK, Humberto. *A revista no Brasil*. São Paulo: Editora Abril, 2000.

³¹ Observar: FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962.

³² Verificar: ALVES, Francisco das Neves. *A pequena imprensa rio-grandina no século XIX*. Rio Grande: Editora da FURG, 1999. p. 165-245.; e ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Editora da FURG, 2002. p. 389-469.

composta por um esqueleto encapuzado e com uma longa túnica preta, carregando uma foice comprida, ou gadanha, que caracteriza o fim da existência, com a “colheita” das almas/vidas, e, por vezes, uma ampulheta, representando o tempo da existência que se esgota. Nesse sentido, tal esqueleto é suficientemente eloquente para não necessitar de comentário³³, vindo a exprimir na maioria das alegorias e emblemas a personificação da morte³⁴.

Ao personificar o encerramento da vida, esse esqueleto traz consigo a perspectiva da putrefação, da decomposição e das operações que precedem as transmutações³⁵, além de estar associado à melancolia e ao final de algo determinado e por si integrado em uma duração³⁶. Como símbolo da finitude, expressa o mistério da morte tradicionalmente sentido como angustiante e figurado com traços assustadores, assim como a mudança para uma forma de existência desconhecida e o medo de uma absorção pelo nada. Representa também uma morte devastadora, como um gênio infernal, cuja função é devorar a carne dos mortos e não deixar senão os seus ossos³⁷. Tal perspectiva permitiu à imprensa ilustrado-humorística utilizar esse ceifador como símbolo dos males que atormentavam a

³³ CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. 622.

³⁴ CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Moraes, 1984. p. 242-243.

³⁵ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 401.

³⁶ CIRLOT, 1984. p. 389.

³⁷ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 622.

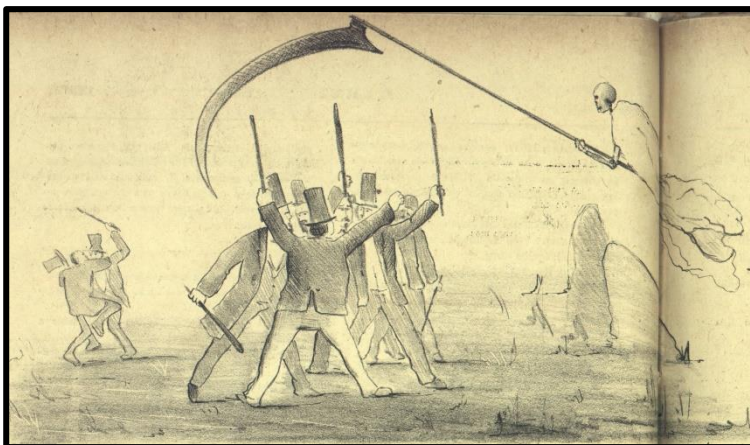
sociedade e a abordagem que se segue compreende uma amostragem das inserções desse tipo de representação.

De acordo com a perspectiva de sua representação o ceifeiro de vidas muitas vezes foi utilizado pelos periódicos ilustrado-humorísticos para designar múltiplas mazelas que afetavam a sociedade normalmente no âmbito local, mas, por vezes avançando para o contexto regional, nacional e internacional. O próprio encerramento da existência foi uma das oportunidades em que aquela figura apareceu, no desenho que homenageava ao falecimento do artista, litógrafo e caricaturista francês Charles Amédée de Noé, que jazia em seu leito de morte, com seus crayons caídos ao chão e várias de suas obras espalhadas pelas paredes, vindo a receber uma coroa de louros por parte de figura feminina que representava a arte, enquanto o sinistro ceifador adentrava no ambiente para cumprir sua função (O DIABRETE, 9 nov. 1879).



Os tantos males que afetavam a sociedade foram por vezes identificados como “epidemias”, não na acepção vinculada à doença, mas a algo menos ou mais molesto ou criticável. Foi o caso das sociedades e clubes que se espalharam pela cidade do Rio Grande, os quais nem sempre tinham condições de se sustentar por si mesmos, recorrendo à busca de doações e/ou atividades arrecadatórias junto à população em geral, gerando prejuízos em meio aos habitantes, conforme a interpretação do jornalismo ilustrado-humorístico que viu nessa forma de arrecadação uma exploração e, portanto, encarando-a como uma “epidemia” que atingia a urbe e cujo símbolo foi mais uma vez o ceifador de vidas (O DIABRETE, 21 dez. 1879). Na mesma linha, o ceifeiro aparecia com uma enorme gadanha, pronto a carregar uma série de indivíduos que, providos de pedaços de pau, partiam para agressões mútuas. Tratava-se de uma denúncia do periodismo ilustrado voltado ao humor, temendo pelas constantes confusões ocorridas durante as festividades carnavalescas que estariam descambando até para a violência física, devendo haver algum modo de por termo a tal circunstância. Na conjuntura de tal cena, a legenda dizia: “Da forma por que se encaminham as questões carnavalescas, estamos em pensar que, mais dia menos dia, termina por uma caçada da parca”, levando em conta uma metáfora para a proximidade da morte ou uma busca implacável do destino, com a figura sinistra pronta a buscar as possíveis vítimas (MARUÍ, 18 abr. 1880).





Outra mazela que atormentava a sociedade denunciada pelo jornalismo ilustrado-humorístico foram as loterias, as quais chegaram a ser encaradas como a epidemia reinante, trazendo a figura de um ceifador inusitadamente alado, para expressar a amplitude do problema. Na época, as loterias serviam como um recurso para o levantamento de fundos, de modo que era solicitada ao poder público a abertura de uma loteria para a criação ou para socorrer uma instituição público/privada que estivesse por ser fundada ou carecesse de fundos para manter sua existência. Dessa forma, as despesas de tais empreendimentos acabavam por correr por conta da população em geral, que se via premida a adquirir os bilhetes dos sorteios. A ampliação exagerada desse tipo de arrecadação levou os periódicos a denunciarem que essa estratégia não deixava de ser mais uma forma de dilapidar as posses das pessoas (MARUÍ, 26 dez. 1881).

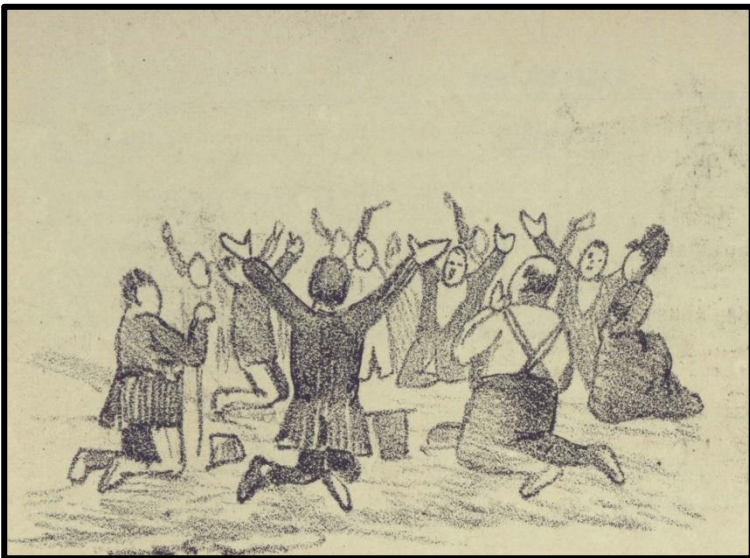
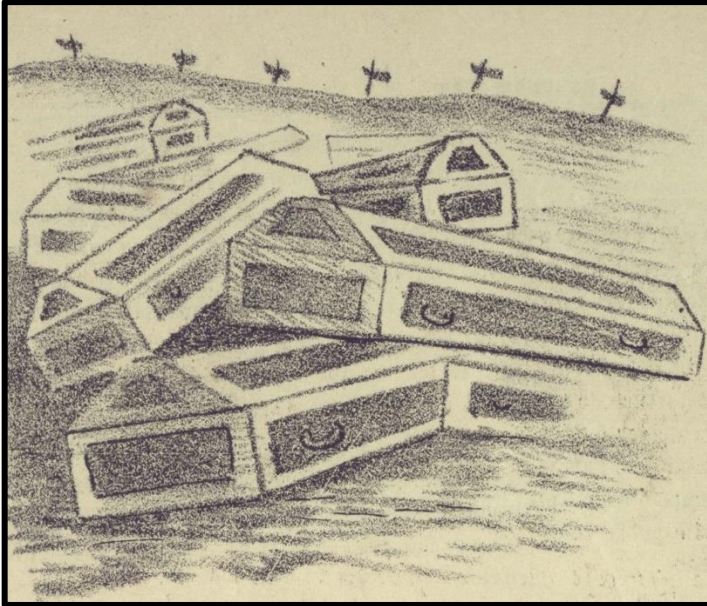


Já à época da forma republicana, durante seus primeiros anos, houve uma política econômica que buscou ampliar as atividades econômico-financeiras no país, com o incentivo à abertura de novas indústrias e da criação de instituições bancárias. A partir de tal iniciativa governamental, originou-se uma série de empresas que não tinham qualquer lastro para funcionar, servindo apenas de fachada para o capital especulativo. Tal prática foi típica do Governo Provisório, mas seus efeitos estenderam-se para além desse período, e a imprensa ilustrado-humorística não deixou de denunciar tais desmandos e malfeitos, como foi o caso de um ceifador que representava uma dessas “companhias”, que saía às ruas para tentar vender suas “ações”. Nesse sentido, ficava a acusação de que “Temos na terra a maldita febre das *companhias*”, de modo que seria necessário “acautelarem as bolsas, onde ela mais ataca” (BISTURI, 24 abr. 1892).



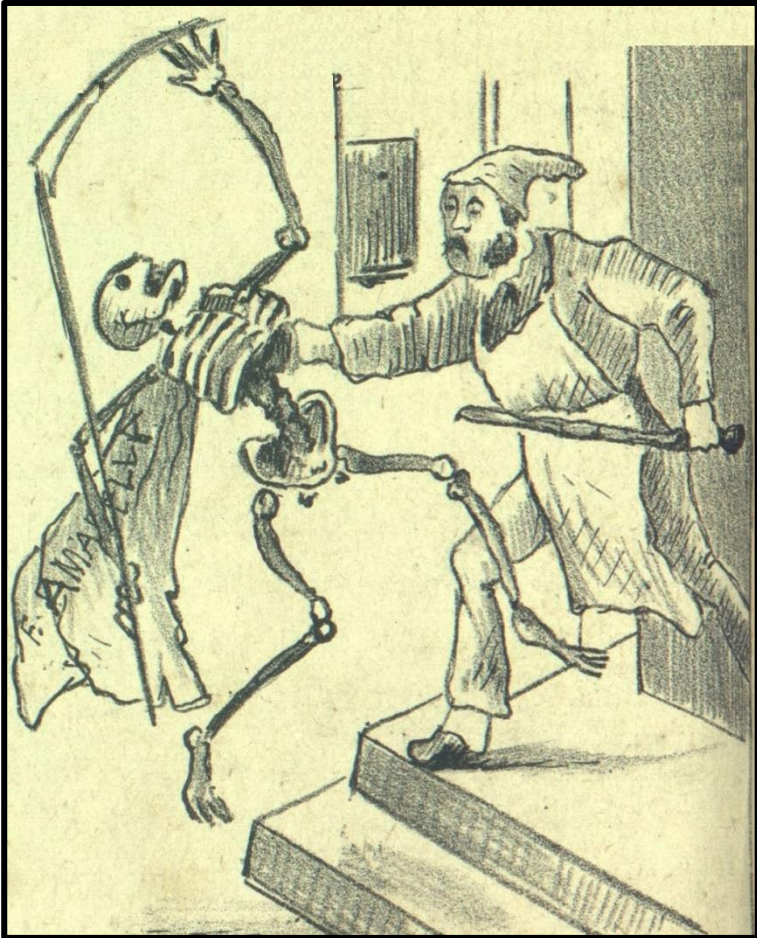
Na condição de localidade portuária, a cidade do Rio Grande recebia embarcações e pessoas de diferentes regiões do mundo, ficando, portanto, ameaçada de receber indivíduos infectados por diversas doenças. Nessa linha, um dos grandes medos coletivos que afetava a comunidade era aquele relacionado às epidemias. De acordo com tal perspectiva, aparecia mais uma vez o ceifeiro de vidas para designar este outro mal referente ao pânico gerado em meio à urbe. em tal contexto, o periodismo ilustrado-humorístico denunciou a incompetência e a negligência das autoridades públicas no combate a tais focos. Foi o caso do ceifador, que apareceu como “um difícil hóspede que nos

visitou”, representando a febre amarela, e que, diante “da letargia” da Câmara, um habitante local tratou de segurá-lo à unha e contê-lo com um pedaço de pau à mão, levando a figura sinistra a retirar-se, cavalgando, “com pretensões de viajar pela Campanha” (MARUÍ, 2 fev. 1880). Mais adiante, as acusações persistiam, com implicação à Câmara Municipal, na forma de um bandeirante, lembrando a tradição da época colonial, que recebia amistosamente o ceifeiro, novamente como a febre amarela, saudando-o ao dizer: “Venha querida epidemia! Estou preparando a cidade o melhor possível, para que possas ter uma esplêndida colheita de vidas”. Na mesma ocasião, tendo em vista as falhas administrativas, era indicado que o único caminho para evitar a mortandade, representada por uma pilha de caixões e buscar uma solução frente ao avanço do ceifador seria rezar para a divina providência (BISTURI, 10 fev. 1889). Após a mudança institucional de novembro de 1889, e da modificação na estrutura administrativa citadina, as acusações persistiram, mostrando as autoridades públicas tratando o ceifeiro/epidemia como um soberano que poderia encontrar seus súditos no âmbito da comuna, levando-lhes à morte. A legenda confirmava tal perspectiva: “Continua a reinar a epidemia nesta muito leal e caiporíssima cidade, graças ao zelo da Junta Municipal” (BISTURI, 8 mar. 1891).



POLÍTICA E REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS NA IMPRENSA RIO-GRANDINA





POLÍTICA E REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS NA IMPRENSA RIO-GRANDINA







Caracterizada como um mal invisível, mas com resultados funestos, a epidemia era representada pelo ceifador sinistro que pairava pelos ares, trazendo a ameaça do iminente encerramento da existência. Nesse sentido, o personagem sobrevoava outras cidades portuárias brasileiras, como um prenúncio de que a chegada ao Rio Grande poderia vir a ser inevitável, conforme informava o periódico: “A febre amarela continua em Santos e na Corte a ceifar centenas de vidas...” (BISTURI, 24 mar. 1889). A mesma figura

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

atuava em trio, ao designar o “tifo”, a “*influenza*” e a “*perniciosa*”, que voavam ávidas por suas vítimas, com a constatação de que “dizem os jornais que ela, a *influenza*, acompanhada de suas primas-irmãs, está aí, fazendo os seus estragos...” (BISTURI, 9 mar. 1890). Em outra ocasião, o ceifeiro era identificado com uma fase inicial da cólera, que estaria a atacar principalmente as crianças, com a descrição de que “quem vai aproveitando o calor é esta *pavorosa sombra*, roubando os nossos queridos filhos” e “deixando centenas de mães extremosas entregues ao mais cruel desespero” (BISTURI, 14 dez. 1890). O periodismo humorístico e ilustrado chegou a contestar uma publicação diária, segundo a qual “o estado sanitário desta cidade é o mais satisfatório possível”, pois “já não há *influenza*, nem varíola, salvo um ou outro caso”, vindo a ironizar tal informe, ao mostrar o ceifador pairando nos céus da urbe (BISTURI, 4 out. 1891).



POLÍTICA E REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS NA IMPRENSA RIO-GRANDINA



FRANCISCO DAS NEVES ALVES

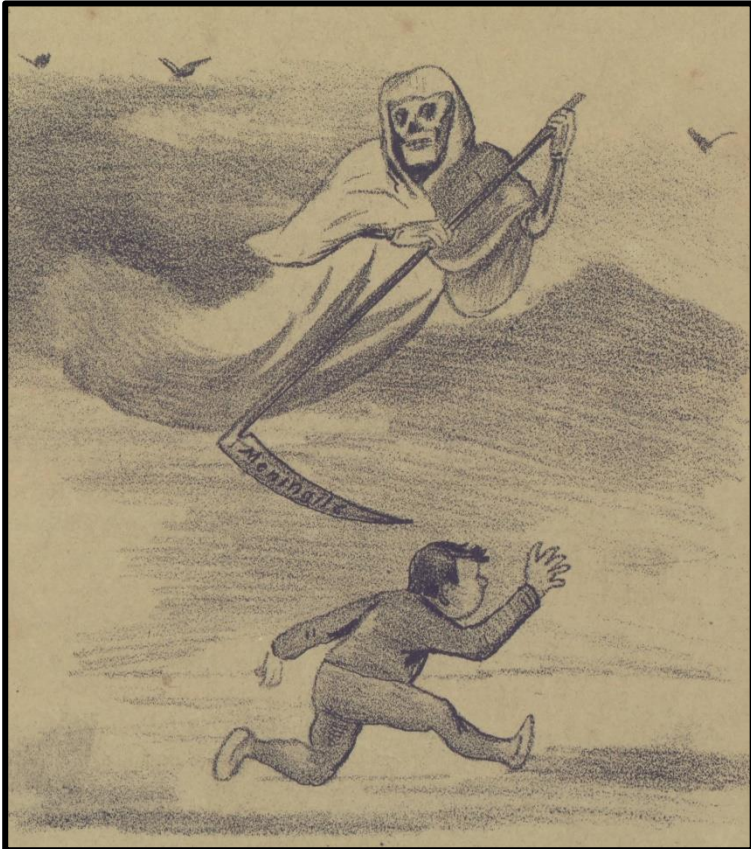


Verdadeira alegoria atinente ao periodismo ilustrado-humorístico, o bobo da corte teve alguns encontros com o ceifador de vidas nos periódicos rio-grandinos. A figura do bobo da corte foi utilizada recorrentemente para designar a própria ação de tal gênero jornalístico, uma vez que esse personagem é aquele que diz em tom duro às coisas agradáveis e em tom jocoso às terríveis³⁸. De acordo com tal perspectiva, simbolizando o caricaturista, o bobo da corte afastava-se da sua mesa de trabalho com a pedra litográfica, reclamando por ter de trabalhar na época carnavalesca e com um excessivo calor de verão, além de estar apavorado, como revelavam seus cabelos eriçados, com os riscos de mais uma manifestação epidêmica. Dessa maneira o bobo afirmava: “Estamos em pleno carnaval, trabalhar nessa semana de entusiasmo, de excessos, de suores e febre amarela... horror!!... nem é bom falar nisso... horror! (BISTURI, 3 mar. 1889). Entre o medo e a ojeriza, o bobo surgia mais uma vez com o receio de outra epidemia presente nos portos platinos e que poderiam se estender para o Rio Grande, destacando que “a *influenza* anda viajando pelas repúblicas do Prata e ameaça invadir o nosso território... é praga de padre, vamos direitinho para o inferno, pagar as nossas culpas...” (BISTURI, 9 fev. 1890).

³⁸ CIRLOT, 1984. p. 120.



Ainda com relação ao bobo da corte, ele aparecia correndo espavorido, com a aproximação de um ceifador sinistro identificado com a meningite, seguindo-se a constatação de que “Anda implacável esta senhora peste!... Sendo já grande o número das suas vítimas” (BISTURI, 21 fev. 1892). O espanto do bobo não era menor frente à possibilidade de liberação por parte do poder público para a abertura de um novo entreposto comercial, havendo questionamento quanto à salubridade de tal ato, fator identificado pelas feições desenhadas nos pontos de interrogação e exclamação que compunham o conjunto caricatural. Ao final, aparecia mais uma vez o ceifeiro incorporando a epidemia, em razão de uma possível falta de medidas de higiene no novo estabelecimento. Diante disso, a legenda comentava: “Horror! Horror!... Foi essa a exclamação que proferimos ao saber que a Câmara concedera uma das principais localidades a um particular, para nela edificar um mercado!...”; vindo a reforçar: “Horror! Horror!...”; ao passo que no encerramento, dizia com ironia: “Um grande melhoramento!... Um excelente e humanitário asilo para essa *senhora*, que deve aguardar tão boa ocasião para desenvolver o seu *comércio*!! A varejo...” (BISTURI, 6 mar. 1892). Um novo foco epidêmico identificado com a imagem do ceifador correspondia à varíola, diante da qual mais uma vez o bobo da corte fugia apavorado, recomendando que todos corressem “antes que *ela* não nos faça alguma surpresa...” (BISTURI, 4 dez. 1892).

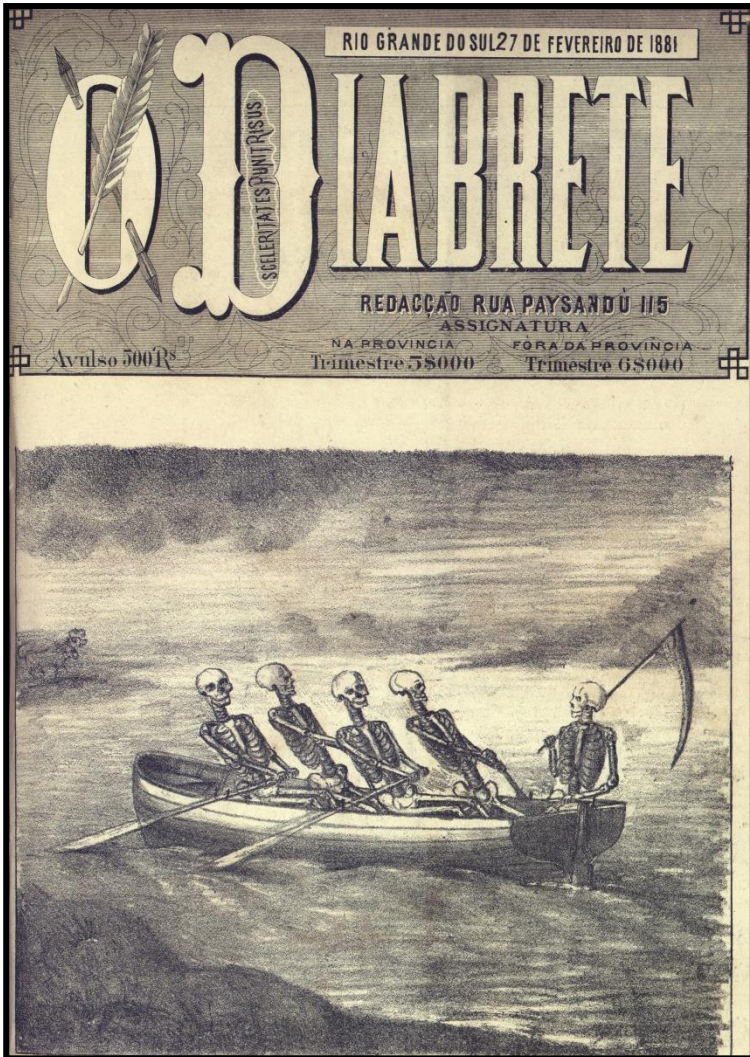


POLÍTICA E REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS NA IMPRENSA RIO-GRANDINA

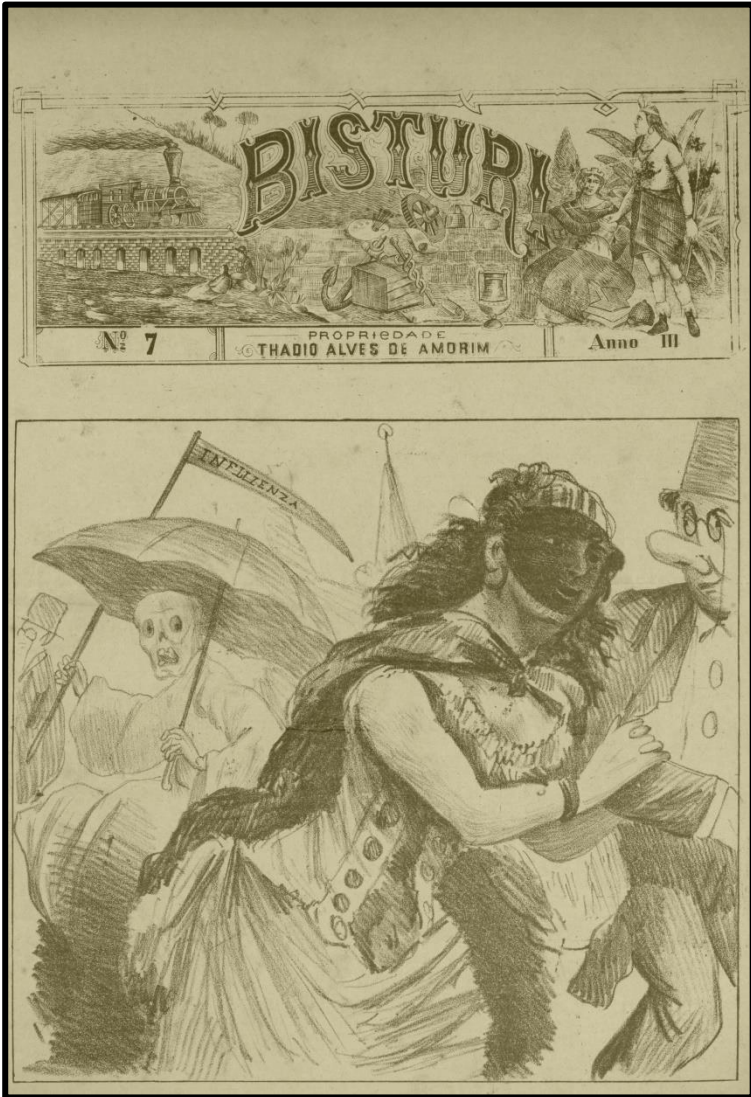




Igualmente no que tange aos riscos de morte por motivos epidêmicos, a imprensa ilustrado-humorística mostrava o período do carnaval como extremamente propício para a expansão de focos de doenças, tendo em vista os excessos comportamentais, a confusão exacerbada, o acúmulo de pessoas o calor extremado e a proximidade corporal concernentes àquela época. Levando em conta tal conjuntura, foi mostrado um barco comandado pelo ceifeiro, que contava com vários de seus companheiros nos remos, prontos para executarem suas funções de amearhar vidas. O desenho era bastante explícito, sendo a legenda mais sutil, ao dizer que, “segundo a opinião de muitos, alguém terá de fazer viagem depois do carnaval”, indicando as vítimas da peste que deveriam advir de tais festejos (O DIABRETE, 27 fev. 1881). No mesmo ambiente carnavalesco, a figura do “ceifador/*influenza*” buscava passar despercebida, mas pronta para atacar, em meio aos foliões, todos fantasiados e mascarados, entregues à plena diversão. Nessa linha, reforçando o tom irônico, o periódico convidava os “pândegos para assistirem à noite, ao estrondoso baile carnavalesco, único preservativo recomendado pela ciência contra a medonha epidemia *influenza*” (BISTURI, 16 fev. 1890).



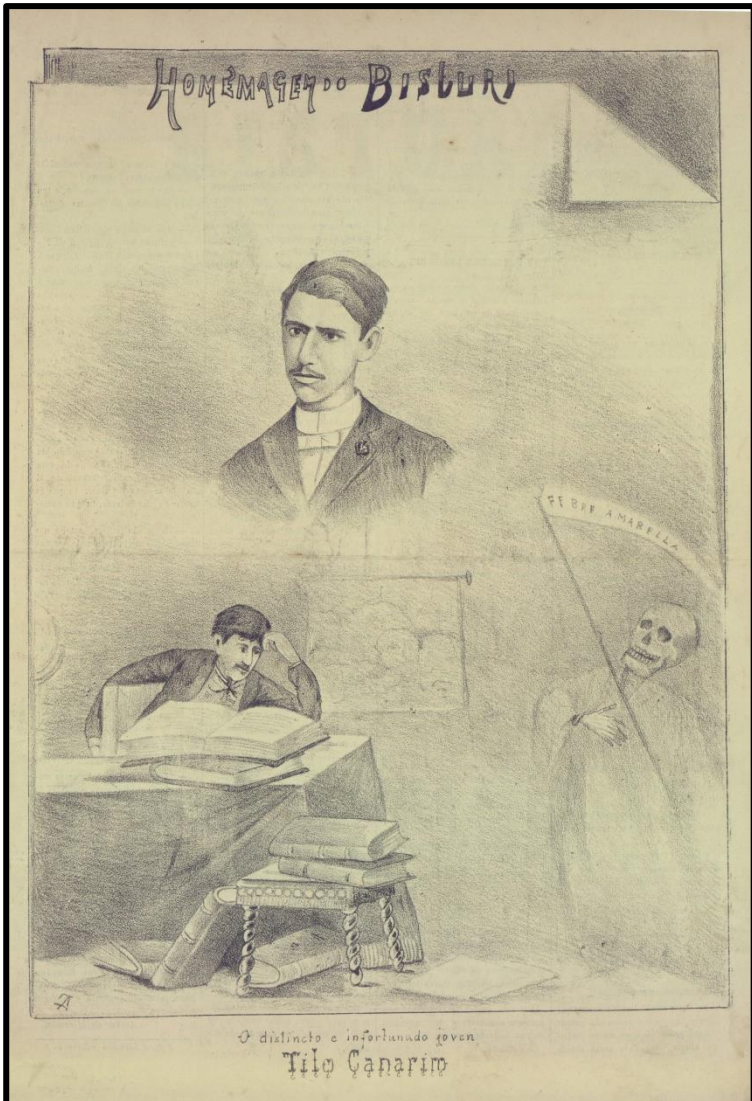
POLÍTICA E REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS NA IMPRENSA RIO-GRANDINA



Ocorreria ainda um novo encontro do bobo da corte com o ceifador, estabelecido por ocasião do Dia de Finados, trazendo uma reflexão sobre a finitude da existência. O desenho tinha por cenário o Campo Santo, em um quadro pelo qual, nos céus, um ceifeiro já carregava uma alma, enquanto no solo do cemitério, diante de um túmulo, o bobo afligia-se diante de outra dessas figuras sinistras, havendo um pensamento expresso pela legenda: “Só a morte é que nada distingue e quando mal a esperamos, ela abre os seus descarnados braços e nos conduz para a vala comum, para o campo da igualdade” (BISTURI, 2 nov. 1890). Já uma homenagem póstuma a um escritor e colaborador na imprensa rio-grandina trazia o ceifeiro correspondendo tanto à morte quanto à peste, pois tal personagem saíra da cidade para promover estudos vindo a falecer nessa ocasião, vitimado pela febre amarela”, de modo que o personagem sinistro se aproximava para levá-lo da vida terrena (BISTURI, 24 abr. 1892).



POLÍTICA E REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS NA IMPRENSA RIO-GRANDINA



Assim, como representação simbólica da morte, o ceifeiro de vidas designa o fim absoluto de qualquer coisa de positivo, ou seja, um ser humano, um animal, uma planta, uma amizade, uma aliança, a paz, uma época, já que não se fala na morte de uma tempestade, mas na morte de um dia belo. Nessa linha, enquanto símbolo, a morte é o aspecto perecível e destrutível da existência, indicando aquilo que desaparece na evolução irresistível das coisas³⁹. Dessa maneira, a imprensa ilustrado-humorística rio-grandina lançou mão daquele esqueleto, com seu capuz, manto negro, a gadanha em uma das mãos cadavéricas para demarcar os males que afligiam a sociedade, dando a eles uma feição sinistra e assustadora que contava plenamente com a compreensão de parte do público leitor por o seu significado, como buscou demonstrar esta breve amostragem.

³⁹ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 621.

O bobo da corte como representação redacional e da arte caricatural no *Bisturi* (1893)

Na imprensa caricata do século XIX foi típica a construção imagética de uma representação do próprio caricaturista. Vários dos semanários traziam algum tipo de desenho que figurativamente cumpria um papel na redação do periódico, normalmente vinculado às práticas da crítica política, da social e da de costumes, ou ainda, promovendo o olhar censório-moralizador sobre a sociedade. Dentre essas representações, uma das mais comuns foi a do bobo da corte, utilizado recorrentemente para designar a própria ação caricatural, uma vez que tal personagem é aquele que se refere em tom duro às coisas agradáveis e em tom jocoso às terríveis⁴⁰. Nesse caso, a tendência satírico-humorística de tal gênero jornalístico agia na qualidade de uma chave para compreender os códigos culturais e as percepções do passado⁴¹. Dessa maneira, o humor e o riso advindos da caricatura também podem ser muito libertadores, referindo-se à ação do bobo da corte,

⁴⁰ CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Moraes, 1984. p. 120.

⁴¹ BREMMER, Jan & ROODENBURG, Herman. Prefácio. In: BREMMER, Jan & ROODENBURG, Herman (orgs.). *Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 11.

associada ao riso subversivo, que ridicularizava aqueles que estavam no poder e não diferia muito do riso revelado pelos senhores do desgoverno⁴².

O bobo da corte foi uma das figuras que mais marcou as páginas dos jornais caricatos. Com origem remota, os bobos da corte constituíram em essência a representação cômica da sociedade, podendo, a partir do prisma humorístico até mesmo reverter a ordem social. Ele poderia dizer aquilo que o povo gostaria de dizer ao rei e, com ironia mostrava as duas faces da realidade, revelando as discordâncias íntimas e expondo as ambições do monarca. O personagem tende também a ser encarado negativamente, como uma instituição característica da grosseria, ou seja, eram os anões, corcundas, jograis, bobos e doidos da corte, transformando os mais dolorosos estigmas da degenerescência humana em divertimento dos grandes da época⁴³. Quanto ao simbolismo, o bobo da corte constitui a inversão do rei, não sendo um personagem necessariamente cômico, mas sim dual⁴⁴. Tal qual um palhaço, o bobo da corte é tradicionalmente a figura do rei assassinado, simbolizando a inversão da compostura régia nos seus atavios, palavras e atitudes. Nesse quadro, a majestade passa a ser substituída pela chalaça e a irreverência; a soberania, pela ausência de toda a

⁴² BREMMER, Jan & ROODENBURG, Herman. Introdução: humor e história. In: BREMMER, Jan & ROODENBURG, Herman (orgs.). *Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 15 e 23.

⁴³ LINS, Ivan. *A Idade Média, a cavalaria e as cruzadas*. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 209.

⁴⁴ CIRLOT, 1984, p. 120

autoridade; o temor, pelo riso; a vitória pela derrota; os golpes dados pelos recebidos; as cerimônias as mais sagradas, pelo ridículo; e a morte, pela zombaria. Sinteticamente, ele é como que o reverso da medalha, o contrário da realeza, ou seja, a paródia encarnada⁴⁵.

Ainda com referência ao simbólico, o bobo da corte representa a dualidade de todo o ser e da face do bufão que existe em cada um. Na corte dos reis, nos cortejos triunfais, nas peças cômicas, tal personagem está sempre presente, constituindo a outra face da realidade, aquela que a situação adquirida faz esquecer e para a qual se chama atenção. Ele exprime o anódino com gravidade e, como brincadeira, as coisas mais graves, encarnando uma consciência irônica para com os eventos. Quando se mostra obediente é sempre ridicularizando a autoridade por um excesso de solicitude, já quando imita as esquisitices ou falhas das pessoas, o faz inclinando-se obsequiosamente. O bobo assume assim feições para além de suas aparências cômicas, podendo ser bem compreendido e assumido como um duplo de si mesmo, não consistindo, portanto, simplesmente um personagem cômico, e sim a expressão da multiplicidade íntima da pessoa e de suas discordâncias ocultas⁴⁶.

Nesse quadro, notadamente ao longo do século XIX, o bobo da corte teve um lugar especial nas edições voltadas à difusão da arte caricatural⁴⁷. Foi o caso do

⁴⁵ CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. 680.

⁴⁶ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991, p. 147-148

⁴⁷ Contextualização realizada a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *Venturas e desventuras de um caricaturista no sul do*

semanário ilustrado-humorístico publicado na cidade do Rio Grande, cujo título, *Bisturi*, se referia à crítica que buscava praticar tal qual o instrumento cortante de precisão. Editado desde 1888, o hebdomadário teve sua circulação até 1893, embora tenha sido editado, de modo mais esporádico e irregular, até 1915. Sustentando certa simpatia pelos liberais à época monárquica, com a mudança na forma de governo, o periódico chegou a aplaudir a República, imaginando-a sob um regime libertário, mas, o modelo autoritário pelo qual ela foi implementada colocou o *Bisturi* não só na oposição como na resistência à coerção governamental na esfera federal e estadual. Tal postura custou caro à folha semanal que sofreu ferrenha perseguição e censura, de modo que resistiu enquanto pode com seu espírito crítico, até ser amordaçado com enorme veemência no ano de 1893⁴⁸, período ao qual se dedica este estudo no que tange às presenças do bobo da corte.

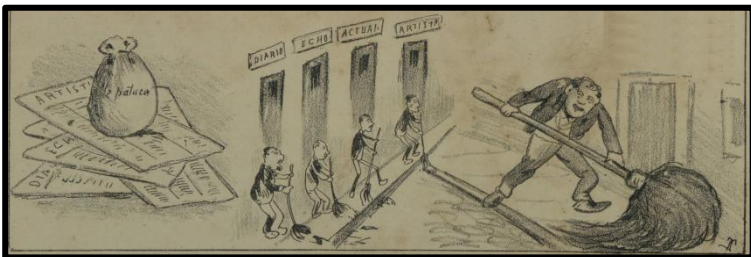
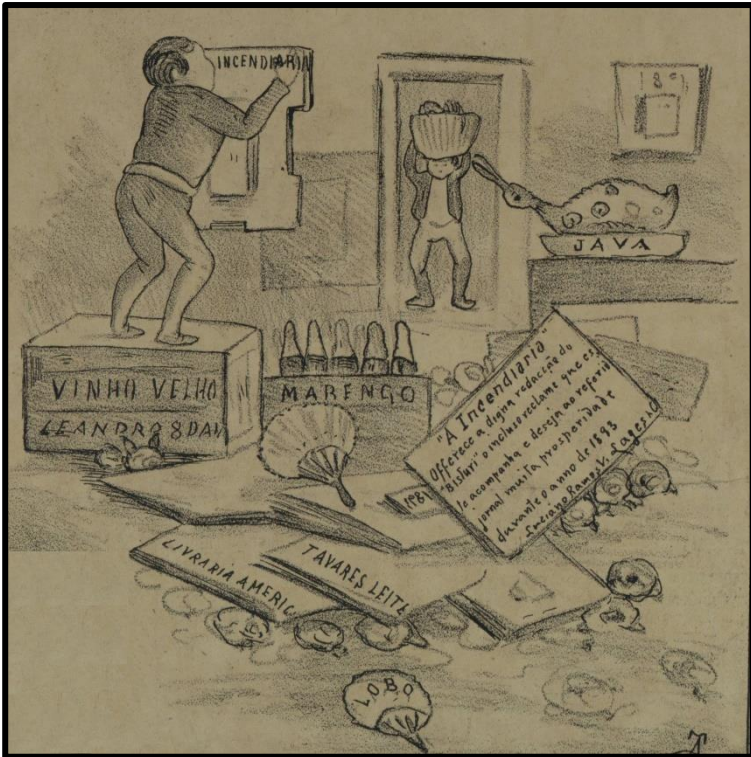
Apesar das amplas dificuldades vivenciadas pelo *Bisturi* com as medidas coercitivas, o início de 1893 foi

Brasil: estudos acerca de Thadío Alves de Amorim. Lisboa; Rio Grande: CLEPUL; Biblioteca Rio-Grandense, 2022. p. 18-20.

⁴⁸ A respeito do *Bisturi*, ver: Observar: FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962. p. 185-195; ALVES, Francisco das Neves. *A pequena imprensa rio-grandina no século XIX*. Rio Grande: Editora da FURG, 1999. p. 219-245.; ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Editora da FURG, 2002. p. 407-465.; e ALVES, Francisco das Neves. *Uma história da imprensa caricata sul-brasileira: ensaios acerca do Bisturi (1888-1893)*. Lisboa; Rio Grande: CLEPUL; Biblioteca Rio-Grandense, 2022.

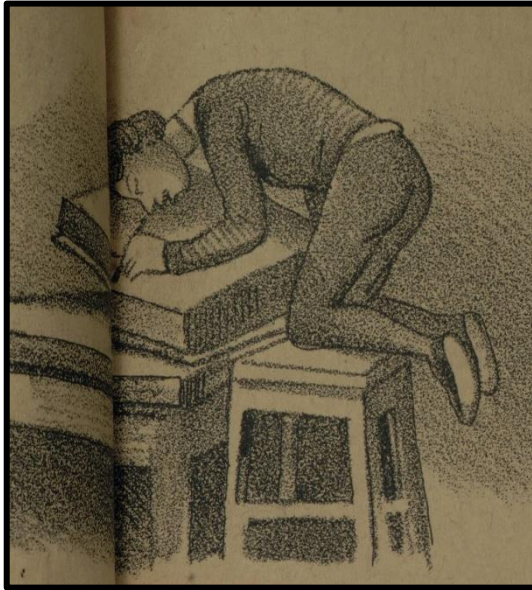
marcado pela manutenção de alguma expectativa em relação ao porvir, tanto que o bobo da corte aparecia agradecendo ao público que lhe enchera “de tantas festas”, bem como revelava a esperança de obter anunciantes que estampassem propagandas nas páginas dos periódicos, o que era pouco comum em se tratando da pequena imprensa (1º jan. 1893). A venalidade em meio à imprensa foi jocosamente retorquida por meio da caricatura, pois, diante da acusação de que os jornais locais estariam recebendo dinheiro para calarem-se diante da jogatina de roleta, tal “atrevimento foi rebatido pelos colegas que trataram de varrer suas lestadas”, e o hebdomadário não ficara para trás, aparecendo “com uma colossal vassoura, fazendo limpeza”, pois “comprar o *Bisturi*” seria um “horror” (29 jan. 1893). Apesar do cerco repressivo apertar cada vez mais, a publicação caricatura rio-grandina buscava manter-se na luta, mormente contra os governos autoritários, caso de Júlio de Castilhos, que instituíra um regime personalista, concentrador e centralizador de poder. De acordo com tal perspectiva, tal governante era mostrado como uma ave que se alimentava de carniça, em alusão às mortes oriundas dos atos repressivos e da guerra civil, que chorava por receber os ataques da imprensa, designados por farpas, havendo uma especial lembrando o título da folha, pronta para ser arremessada pelo bobo da corte (14 maio 1893).

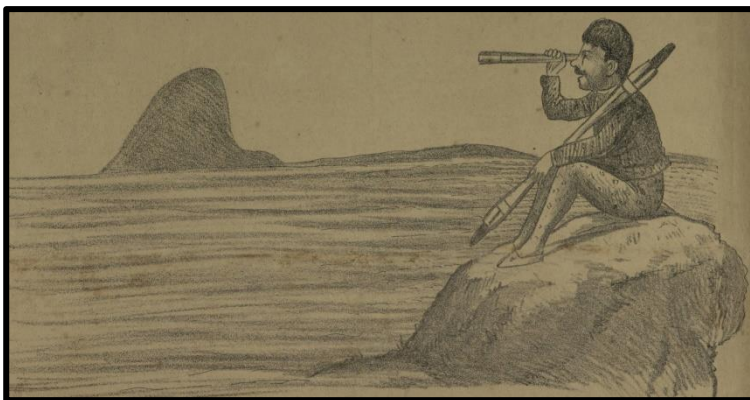
FRANCISCO DAS NEVES ALVES



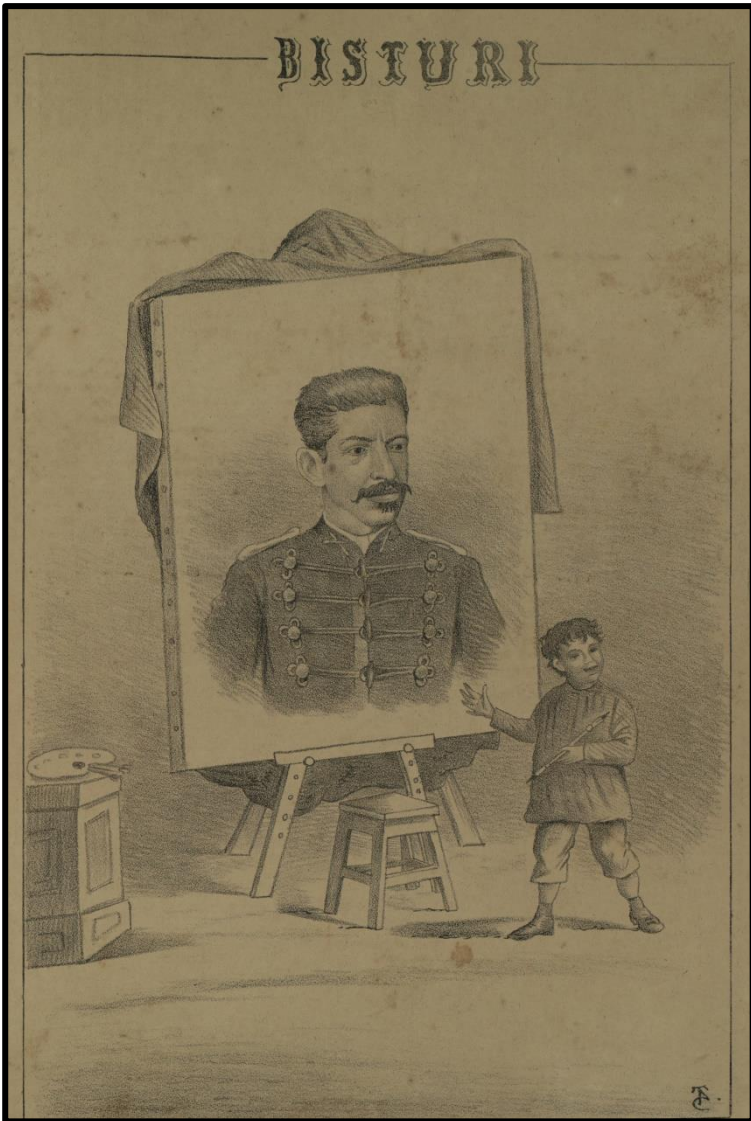


Ainda que a tendência repressiva governamental ficasse mais acirrada, o *Bisturi* intentava manter suas pautas calcadas na crítica, para tanto, o bobo da corte fazia o papel de caricaturista/litógrafo, desenhando com seu crayon sobre a pedra, garantindo que “com saúde e sem temor”, permaneceria “entregue à divertida e honrada profissão de pintar bonecos”. Mais uma vez com seu crayon em punho, utilizado como uma arma, o bobo apontava a política como uma epidemia, que vinha fazendo “tantas vítimas neste Estado, povoando os cemitérios e enlutando milhares de lares”, de modo que, “contra essa epidemia” estaria “pronto a combatê-la com heroísmo e sem descanso”. De acordo com tal meta, o semanário por meio de seu personagem-símbolo propunha-se a observar o que acontecia na capital federal, onde estourara a Revolta da Armada, declarando que, “sob uma chuva de fogo, mantido reciprocamente, arde em guerra o Rio de Janeiro. É esse o espetáculo que descobriu a lente de nosso óculo de alcance” (10 set. 1893).





Uma das tradicionais manifestações dos periódicos ilustrado-humorísticos, estampando homenagens de natureza encomiástica, foi mantida naquele ano de 1893, com o bobo da corte assumindo a função artística e estampando o retrato de um militar, que foi exaltado com a publicação de seu “perfil biográfico” (15 set. 1893). Em um contexto coercitivo no qual os colegas jornalistas teriam de dormir, ficar de braços cruzados ou se esconder sob suas mesas de trabalho, com galhofa e ironia, o bobo limitava-se a soltar pandorga, afirmando que, “felizmente, o *Bisturi* é pequenino e não lhe falta com que passar o tempo” (21 out. 1893). Fazendo o contraponto entre a realidade amplamente repressiva e a idealização de uma sociedade embasada na liberdade, o bobo da corte aparecia na capa do periódico temeroso diante da coerção, mas se idealizava como uma figura magnânima, que recebia uma coroa de louros, declarando galharda e jocosamente que os assinantes eram “unânicos em afirmar que o *Bisturi* é o primeiro jornal, o que nos enche de justo orgulho” (19 nov. 1893).



POLÍTICA E REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS NA IMPRENSA RIO-GRANDINA



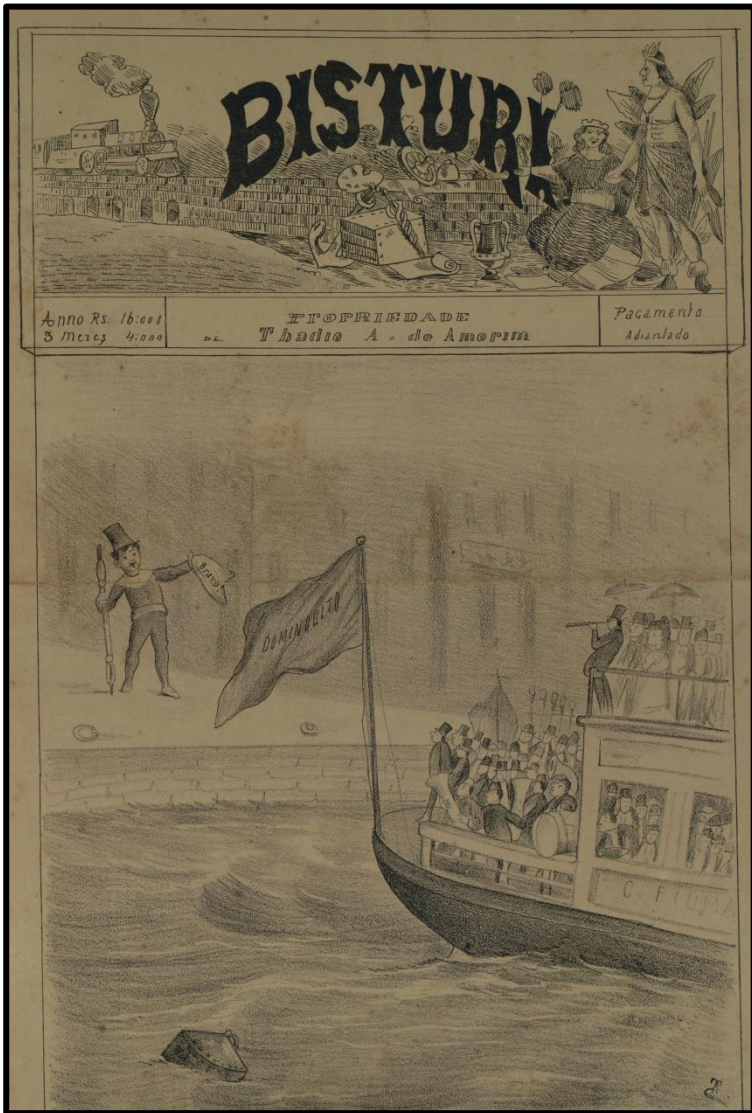
Sem perder o humor, o bobo da corte fingia homenagear um açougueiro, considerado “um tipo verdadeiramente simpático” pelo preço que estava cobrando em seu produto, de modo que o personagem alegórico garantia que iria “imortalizar o feito humanitário”, colocando o seu “nome imaculado nas páginas brilhantes dos beneméritos desta terra”, além de

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

propor-se a colocar o retrato do marchante “fazendo figuração na nossa primeira página” (19 nov. 1893). Em episódios do cotidiano também ocorreu a comparação do bobo, como foi o caso da inauguração por ele aplaudida de um serviço de vapor que ligava a cidade do Rio Grande à vizinha São José do Norte (26 nov. 1893).



POLÍTICA E REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS NA IMPRENSA RIO-GRANDINA



FRANCISCO DAS NEVES ALVES

Em outro conjunto de caricaturas embasadas na ironia, o bobo da corte aparecia tranquilamente sentado, com o detalhe de que uma “rolha” – objeto utilizado pela caricatura para expressar a falta de liberdade de expressão – impedia que seu crayon registrasse os acontecimentos, enquanto ele dizia que “apesar de todos os pesares... tudo continua na mesma, e nós no gozo da mais perfeita saúde”. Apesar da capital federal estar convulsionada, afirmava que “os jornais do Rio continuam a dar-nos a grata notícia que o Pão de Açúcar acha-se no mesmo lugar”, além de darem “outras importantes notícias que não são transcritas por nossos colegas por estarem suas folhas atacadas de bexigas negras”, em referência aos vetos da censura à imprensa (26 nov. 1893).



A censura, a repressão e legislação de imprensa draconiana cada vez mais provocavam um silenciamento do *Bisturi*, que não deixava de denunciar tal situação ainda que indiretamente, tanto que o próprio bobo da corte, acostumado a tiradas mordazes e humoradas, aparecia limitando-se a referir-se ao clima, reclamando de que não havia “meios de combater o calor” (3 dez. 1893). O protesto contra a conjuntura

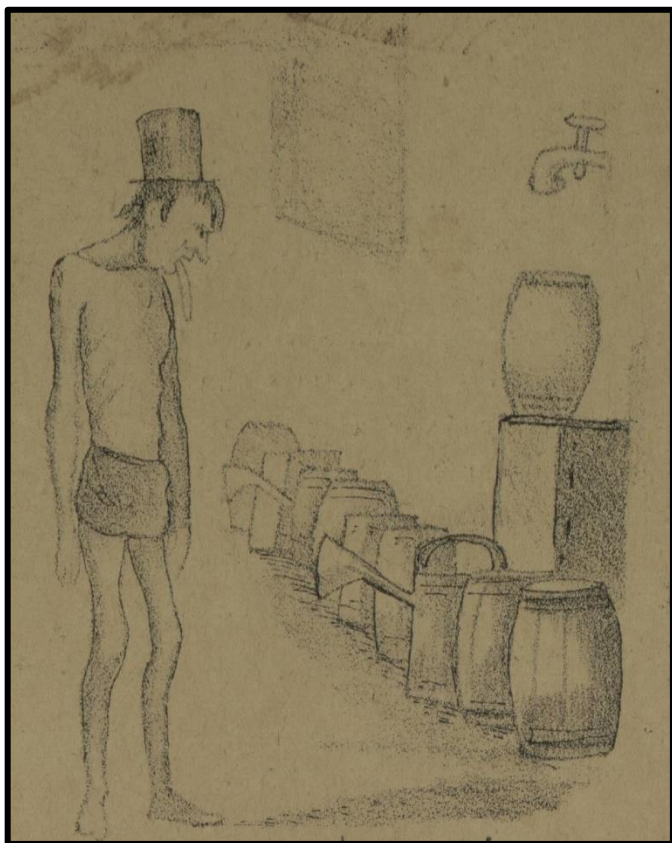
vigente vinha na forma de uma circunspecta reza, de modo que o bobo dizia que prestava o seu “culto de veneração e respeito à imaculada Virgem, pedindo em nossas fervorosas preces, condoer-se das desgraças da nossa pátria” (10 dez. 1893).

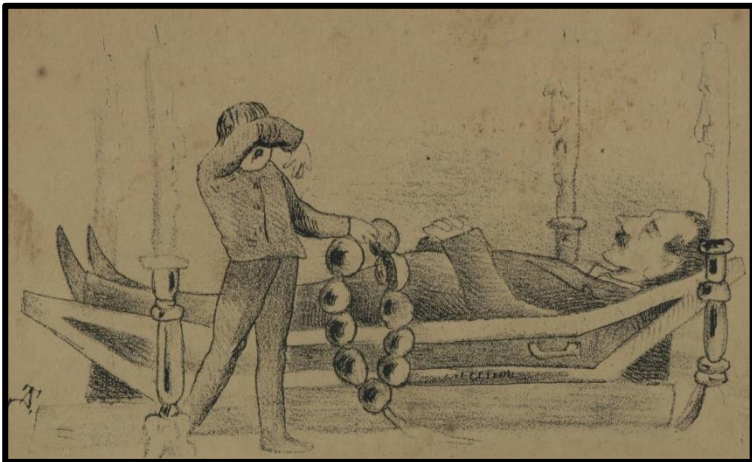




As cenas cotidianas continuavam a constituir lugares para as presenças do bobo da corte, como ao aparecer esqualido, reclamando da falta de água, com a constatação de que “a seca continua e breve ficaremos reduzidos ao estado de retirantes”. Na mesma linha, ele surgia vomitando, ao denunciar a falta de qualidade dos alimentos, dizendo que “anda por aí à venda pública muita porcaria, envenenando os intestinos”. Além disso, figurava choroso, lamentando o desaparecimento de um periódico no contexto citadino, ao constatar “a morte da *Evolução*, órgão espírita rio-grandense”, que “nos deixou mergulhados na mais profunda dor”, sem deixar de fazer alusão ao domínio coercitivo, ao enfatizar que ao menos aquela publicação de fundo religioso, “nunca foi chamada à polícia” (17 dez. 1893). Na ilustração final da última página da derradeira edição de 1893, o bobo se

fez presente, limitando-se a desenhar um padre, lembrando a época de maior liberdade de expressão dos tempos monárquicos, nos quais era possível manifestar o pensamento anticlerical, apesar de o país ter uma religião oficial. Levando em conta os governos autoritários e coercitivos dos primórdios republicanos, restava ao personagem ao menos a esperança de que pudesse “continuar no ano seguinte a exercer a nossa nobre, honrada e divertida profissão” (31 dez. 1893).







Assim, a caricatura incorporaria a imagem do bobo da corte, por vezes como o próprio símbolo do periódico e/ou do caricaturista e, em outras, para menosprezar o personagem retratado. Seja em sua indumentária típica, seja em uma figura modernizada, o bobo da corte ganhou as páginas das folhas caricatas com uma recorrência extremamente significativa, o que refletia uma ampla aceitação de sua simbologia no seio da sociedade do século XIX. Muitas vezes na condição de uma figura simpática, o bobo servia como uma espécie de elo entre a redação e o público levando em frente a linguagem coloquial que caracterizou tal gênero de periodismo, servindo para garantir uma certa

proximidade entre o redator/desenhista e seus leitores/observadores⁴⁹. O *Bisturi*, ao longo do ano de 1893, lançou mão de tal personagem para traduzir ao seu público variadas circunstâncias, a mais importante delas vinculada à crescente censura e repressão governamental que viriam a progressivamente retirar grande parte de sua seiva editorial.

⁴⁹ ALVES, 2022. p. 20.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE



9 786553 061231

ISBN: 978-65-5306-123-1